

Edina Sebastiana Cruz e Silva
Sandro Lima da Silva

A ÉTICA NA PROFISSÃO CONTÁBIL

Monografia apresentada ao Curso de Gestão Empresarial, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão de Negócios, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Ernildo José Lanzaolini

Cuiabá
2003

AGRADECIMENTOS

Agradecemos inicialmente, ao Orientador desta monografia, Prof. Ernildo José Lanza-rini, pelas correções necessárias ao bom desempenho do trabalho.

Agradecemos também aos professores e professoras do curso de Especialização em Gestão de Negócios, SEBRAE/UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.

Aos colegas de curso, que compartilharam as angústias, alegrias e dificuldades dos estudos.

Agradecemos especialmente aos familiares, pela compreensão durante as constantes ausências para estudos.

Finalmente, agradecemos a todos que, direta ou indiretamente contribuíram para a realização e divulgação deste trabalho.

SUMÁRIO

Lista de Gráficos	v
Lista de anexos	vi
Resumo	vii
1. Introdução	01
2. Procedimentos Metodológicos	05
2.1. Justificativa	06
2.2. Revisão de Literatura	06
2.3. Metodologia da Pesquisa	08
3 . O Código de Ética do Profissional Contabilista e a Atuação do Profissional Contábil	10
3.1. O Papel do Profissional Contábil	10
3.2. Dos deveres e das proibições	12
3.2.1 Agir com qualidade profissional	12
3.2.2. Trabalhar com lealdade	13
3.2.3. Manter um critério livre e imparcial	13
3.2.4. Guardar segredo profissional	14
3.2.5. Evitar tarefas que atentem à moral	14
3.3. Do Valor dos Serviços Profissionais	15
3.4. Das Penalidades	16
3.5. Infrações Mais Cometidas Por Falta De Ética	17
3.5.1. Crise de valores	19
3.5.2. Imperícia	20
3.5.3 Negligência	22
3.5.4 Fraude	22
3.5.5 Corrupção	24
3.5.6 Impunidade	26
3.6 Atuação Profissional do Contador	31

3.6.1 Administrando pessoas	32
3.6.2 O comportamento do líder	32
3.6.3 O respeito humano	33
3.6.4 O profissional Contador	33
3.6.5 O profissional Perito	34
4. A Ética Na Profissão Contábil, Segundo A Opinião De Alguns Profissionais Contábeis De Cuiabá-MT.	35
5 A Questão Econômica e o Comportamento Ético	40
5.1 O caso ENCOL	40
5.2 O Caso ENRON	41
5.3. O Caso JOÃO ARCANJO RIBEIRO	43
5.4 As Falhas Éticas Mediante as Falhas Econômicas	45
6. A RESPONSABILIDADE SOCIAL DO PROFISSIONAL CONTÁBIL	48
6.1. Responsabilidade Social do Profissional Contábil	48
6.2 A Atuação Ética do Profissional Contábil	50
7. CONCLUSÃO	53
8. REFERÊNCIAS	57

LISTA DOS GRÁFICOS

Gráfico 1 Por quê alguns Contadores deixam de seguir o Código de Ética	37
Gráfico 2: Alguns fatores que podem levar à falta de ética	38

ANEXOS

Anexo 01: Questionário	60
Anexo 02: Código de Ética dos Profissionais Contabilistas	62

RESUMO

O desenvolvimento científico e tecnológico aliado à grande penetrabilidade das comunicações em todos os países trouxe desenvolvimento e a diminuição de barreiras comerciais, mas também trouxe uma crise de valores, de forma que está difícil para a maioria das pessoas, saber o que é correto ou não, ou como agir em determinadas situações. Essa insegurança na forma de agir, resulta em tensão nas relações sociais, que é agravada pela lógica dominante da economia e do mercado, que se rege pela competição e não pela cooperação. Esta crise gera a oportunidade para os profissionais de buscarem na ética, formas de estruturar os valores disciplinares. Dentre estes profissionais, os que atuam na Contabilidade estão buscando o aprimoramento ético de seus valores, seja através de estudos da ética, seja através do desenvolvimento da prática da ética no dia-a-dia. Esta pesquisa investiga o Código de Ética dos Contabilistas, através da opinião de profissionais e também analisando alguns escândalos financeiros. Esta foi uma das conclusões que se chegou ao realizar esta pesquisa, pois pôde-se observar que existe uma grande preocupação dos profissionais em relação à ética. Esta preocupação tem levado os profissionais da Contabilidade a buscarem colocar em prática o Código de Ética da categoria, foi outra constatação averiguada no decorrer da pesquisa. A ocorrência de grandes escândalos financeiros tem contribuído também para a busca da aplicação da ética na Contabilidade, haja vista que os profissionais têm noções claras dos prejuízos econômicos, sociais e morais que tais problemas trazem aos profissionais, às empresas e à sociedade. Uma vez, que estes profissionais têm conhecimento, que, não basta ser bom profissional e ser próspero, é necessário, que, seja um profissional ético e que respeite os limites impostos pelo próprio mercado. A busca pelo estudo da ética e suas aplicações tem acontecido através de seminários e estudos que acontecem nas instituições que ensinam a Contabilidade, Economia, Administração de empresas e outros cursos e está presente também, aliada a diversas disciplinas dos cursos formais dessas instituições. O estudo da ética é importante porque alia a aplicação de um assunto que, historicamente, sempre esteve ligado à existência humana, tema que foi amplamente debatido pelos filósofos e seus discípulos, e que atualmente, por suas características se estende aos assuntos econômico-financeiros, que tornam a convivência humana na sociedade possível. Sendo, portanto, um assunto de interesse à todo profissional que se importa por sua própria formação, como também pelo profissional que se importa não simplesmente pelo seu sucesso financeiro, mas em dar uma contribuição ao mundo, pela sua forma de atuação como profissional e como pessoa humana.

Palavras-chave: Ética na Contabilidade, Ética, Ética na Profissão Contábil.

INTRODUÇÃO

O crescimento humano está ligado na maneira como se dá o relacionamento com as pessoas e como acontece essa interação num sistema. Sem pessoas não haveria um sentido de se preocupar com normas e com valor, o que geralmente acontece é a falta de conhecimento por parte de muitos, ou às vezes conhecem as normas, mas não sabem como colocá-las em prática. É preciso ter uma meta específica, saber onde aplicá-la e direcioná-la de forma a trabalhar estes aspectos na vida profissional, mas para ajudar a traçar estas metas, existe a ética como fator preponderante.

A raiz da palavra ética deriva do grego *ethikós* e se refere ao ramo do conhecimento que estuda a conduta humana, estabelecendo os conceitos do bem e do mal, na sociedade em determinada época. A ética é a parte que se ocupa com o valor do comportamento humano e é considerada como a moral prática, investiga o sentido que o homem imprime à sua conduta. Pertencem ao vasto campo da ética a reflexão sobre os valores da vida, a virtude, o vício, o direito e o dever, o bem e o mal. A sociedade humana depende de princípios éticos como condição *si ne qua non* de sua existência.

A ética foi um assunto que sempre interessou aos filósofos. O primeiro a questionar sobre a ética foi Platão, em debates com Sócrates.

A característica que essencialmente torna o ser humano diferente dos outros animais é o desenvolvimento da consciência reflexiva, o homem pode acumular conhecimento sobre o mundo e essa experiência de cada pessoa foi se tornando patrimônio coletivo e colocados à disposição do grupo social.

Esta experiência acumulada ao longo do tempo tornou o homem capaz de tomar decisões, se adequando a uma realidade vigente, que lhe fornece liberdade, mas o deixa responsável pelo que pratica.

Uma vez tomada uma decisão deve assumir as consequências, ser maleável e rígido, quando necessário de acordo com as ocasiões, sem falar no fato de que o homem deve ter suas próprias idéias, saber como manipular cada momento sem perder o brilho e respeitando as leis existentes, sendo verdadeiro. O erro é humano, mas analisando num contexto geral, o tempo passa, as pessoas mudam de um lugar para outro, mas não mudam sua maneira de agir, seus métodos não convencionais, e conseqüentemente prejudicando o seu futuro e a classe da sua profissão, a transparência é fundamental em qualquer área, de acordo com o que está relacionada, porque as pessoas leigas não são capazes de distinguir os bons e os maus profissionais, mesmo sem conhecimentos técnicos sobre o código inerentes a esta categoria e quem a conhece, acaba por contratar serviços sem ter a certeza da direção que sua empresa pode tomar.

Toda profissão tende a construir sua própria hierarquia de valores dominantes, mas na área de Ciências Contábeis e juntando com a sociedade em que vive, existem estes que se referem ao acúmulo de bens materiais à conquista do poder e influência de pessoas.

A ética tornou-se própria e adequada para expressar a moral do grupo organizado em categoria profissional e é tão velha quanto às profissões, embora só recentemente foi organizada e reunida em códigos, dos preceitos que dentro das comunidades profissionais vigoram.

Todos têm direito ao dever de exercer a profissão com honestidade, probidade e correção, o mecanismo opera como um sistema de partidas dobradas.

O começo de uma vida profissional é como um vestibular que deveria ter como disciplina obrigatória a ética, porque não é possível exercer bem uma profissão sem considerar seu Código de Ética, mesmo quando não escrita, apesar de que a cada dia uma nova tecnologia, uma nova descoberta entre outras indispensáveis novas regras de conduta profissional para o homem, que torna-se necessário cumpri-las bem e respeitando seus princípios.

O contador é um profissional cujos serviços são essenciais em qualquer empresa. Esta profissão tem vários campos de atuação, cabe ao profissional ser

eficaz, coerente, estar bem preparado e não se limitar apenas à contabilidade de fatos passados, ele deve ser ousado, criativo, dar a informação que a empresa precisa e fornecer muito mais, até porque ele é capaz de decidir e muito numa tomada de decisão, seja atuando como profissional autônomo ou atuando em empresas.

Com a recente aprovação da Lei da Responsabilidade Fiscal, coube um lugar a mais de destaque para os Contadores, a chegada da lei foi realmente importante para apagar a idéia de muitos com relação a importância da Contabilidade.

A partir daí veio a tona que esta profissão contribui e muito para vários setores, primeiro visualizando a situação das empresas, depois no setor tributário, e assim sucessivamente.

A Contabilidade, baseando-se em sua história ela é uma das profissões mais antigas que existe na sociedade, pois quando não sabia o que estava fazendo o homem já controlava seus bens através de anotações feitas em cavernas, havia controle, e se era assim, pode-se concluir que a contabilidade está ganhando espaços novos e momentos felizes, dando destaque para os futuros Contadores, que terão habilidades e poderão atuar em várias outras áreas, não ficando restrito somente nela mas, para isso será preciso um conhecimento ainda maior, até porque será cobrado mais, e deverá ter em mente que ele precisará, dependendo do ramo de atividade da empresa, fazer parceria com outros profissionais, sem ser individualista.

Os fundamentos de quase todos os profissionais são basicamente em se tornarem prósperos e bem sucedidos, ganhar bem, ser reconhecido como o melhor, ter bons clientes com quem ajustar-se-ão um círculo de trocas.

Considerando o bom profissional, para que se consiga realmente estar no topo, é preciso adequar-se, principalmente a ética, porque sem ela tudo se perde e fica sem qualidade.

A base do desenvolvimento dá-se através das pessoas, na preservação do meio ambiente e na construção de uma sociedade mais justa ou pelo menos sendo assim, cada um tem sua importância na sociedade e não deve se omitir na luta em busca de dias melhores, buscando a solução dos problemas, procurando viver com respeito e dignidade.

Entretanto num mundo de constantes transformações onde as distâncias praticamente não existem, este é o mundo globalizado em que se vive, hoje só quem for capaz de correr a frente com idéias novas, eficiência e acima de tudo conhecimento das novas tendências de mercado vai sobreviver.

Profissionais, devem estar preparados para esta realidade e seus efeitos, não existe mais espaço para quem não trabalhar na velocidade que o mercado exige.

Não é o maior que engole o menor, mas sim o que tem maior domínio de sua profissão e a conduz com rigor da perfeição, vive-se a era da inteligência a era do saber, por isso todos têm um horizonte a ser conquistado.

Só depende dos contadores para que tudo se reverta, o esforço, a dedicação e acima de tudo o reconhecimento com relação ao seu próprio trabalho, o valor e as mudanças vêm dentro de cada um. A prática da ética é essencial, para que os contadores participem da sociedade do futuro, que construirão e mudarão toda uma história para a chegada do futuro alçado com dignidade.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

São freqüentes as queixas sobre falta de ética na sociedade, na política, na indústria e até mesmo nos meios esportivos, culturais e religiosos.

A sociedade contemporânea valoriza comportamentos que praticamente excluem qualquer possibilidade de cultivo de relações éticas. É fácil verificar que o desejo obsessivo na obtenção, posse e consumo da maior quantidade possível de bens materiais é o valor central na nova ordem estabelecida no mundo e que o prestígio social é concedido para quem consegue esses bens. O sucesso material passou a ser sinônimo de sucesso social e o êxito pessoal deve ser adquirido a qualquer custo. Prevalece o desprezo ao tradicional, o culto à massificação e mediocridade que não ameaçam e que permitem a manipulação fácil das pessoas.

Um dos campos mais carentes, no que diz respeito à aplicação da ética, é o do trabalho e exercício profissional. Por esta razão, executivos e estudiosos em administração de empresas voltaram a se debruçar sobre questões éticas. São os próprios pressupostos da disputa empresarial que forçam a adoção de um modelo mais ético.

O individualismo extremo, muitas vezes associado à falta de ética pessoal, tem levado alguns profissionais a defender seus interesses particulares acima dos interesses das empresas em que trabalham, colocando-as em risco. Os casos de corrupção e investimentos duvidosos nas empresas públicas e privadas são os maiores exemplos.

Sendo a contabilidade um segmento profissional muito sensível tanto com as questões econômicas como às questões éticas, é necessário um constante alerta por parte dos profissionais.

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a influência do aumento dos problemas financeiros sobre a atuação ética dos profissionais da contabilidade.

Os objetivos específicos são:

Levantar informações sobre alguns grandes problemas financeiros que ocorreram no Brasil e em outros países, identificando os principais fatores que contribuíram para o acontecimento do problema financeiro.

Pesquisar o grau de conhecimento que os profissionais da Contabilidade detêm sobre o Código de Ética da categoria.

2.1 JUSTIFICATIVA

A Ética profissional tem relação direta com a confiança que a sociedade deposita no especialista que executa determinado trabalho. Por considerar a ética um dos principais valores que regem a vida e as profissões, este trabalho espera contribuir, para uma maior reflexão sobre a questão ética, principalmente entre os profissionais da contabilidade.

2.2 REVISÃO DE LITERATURA

Os referenciais teóricos a ser utilizado são as concepções de ética dos filósofos e a ética nas profissões. O estudo da ética iniciou com filósofos gregos há 25 séculos, sendo que hoje em dia, seu campo de atuação ultrapassa os limites da filosofia e inúmeros outros pesquisadores do conhecimento dedicam-se ao seu estudo.

Ao iniciar um trabalho que envolve a ética como objeto de estudo, considera-se importante, como ponto de partida, estudar o conceito de ética, estabelecendo seu campo de aplicação e fazendo uma pequena abordagem das doutrinas éticas que são consideradas mais importantes para o desenvolvimento do trabalho.

Portanto, inicialmente será feito um estudo da ética através dos grandes filósofos, como Platão, *apud* ARENDT, (1993, p. 244): “Não te dás contas Sócrates

de que todo mundo é professor de virtude, na medida de suas forças; por isso imaginas que não há professores. O aprendizado de valores éticos, princípios e condutas morais resulta não só do contato de um especialista, mas da convivência difusa com todos que nos cercam”.

Assim como também para Aristóteles citado por ARENDT (1993, p. 33): “a ética provém do hábito e as virtudes não se geram por natureza ou contra a natureza, mas se geram em nós, nascidos para recebê-las e aperfeiçoando-nos mediante o hábito”.

LINGUIE (1999, p.25) defende a necessidade de o profissional contábil adaptar-se às novas exigências, mas sem perder o compromisso ético que se espera de um profissional. Compromisso de seriedade, independência técnica, honestidade, sigilo, qualidade e responsabilidade.

Será analisado o Código de ética dos contabilistas, observando estudos e comentários realizados por alguns pensadores a respeito do mesmo, cujas contribuições ao assunto são reconhecidas nos meios acadêmico e científico, como podem-se destacar, entre outros:

NASH (1993, p. 4-5) para quem a ética nos negócios é um novo campo que enfoca questões antigas, ressalta a importância da ética nos negócios das empresas. Da mesma forma, porém com maior ênfase na área contábil, FREITAS (1998, p 17-20.), analisa o código de ética e as empresas contábeis.

KOLIVER (1996, p.13) realizou estudos em que observou as questões éticas envolvidas na classe contábil, frente à expansão do exercício profissional, devido a uma grande procura do mercado de trabalho por este segmento trabalhista. Continuando seu trabalho, KOLIVER (2001, p. 15-23) analisa o código de ética e os profissionais da contabilidade, trazendo contribuições sobre a importância de o profissional conhecer de forma mais detalhada o código de ética da profissão, ressaltando a necessidade que o mesmo seja trabalhado de forma mais intensa na formação inicial do profissional, oportunidade em que as opiniões a respeito estão sendo formadas.

Esta preocupação de KOLIVER (1996, p. 13-20), foi anteriormente debatida por SILVA (1995, p. 62), defendendo um maior rigor na formação dos profissionais

da contabilidade, uma vez que esta boa formação vai influenciar na atuação deste profissional, inclusive no campo da ética.

LISBOA (1998, p. 5-15) também analisa a ética e o profissional da contabilidade, trazendo contribuições no sentido de que a ética é um sentimento livre e o que se pode fazer é fortalecer a disposição das pessoas cultivá-la espontaneamente, introduzindo os conceitos de sistemas de informação e controle interno como uma questão de ética empresarial.

SÁ (1996, p.5-10) analisa a ética profissional, tecendo comentários ao código de ética dos contabilistas, como também defende uma adequação da legislação profissional às novas realidades, a fim de que possa acompanhar o desenvolvimento e as mudanças ocorridas no mundo financeiro, a necessidade da ética empresarial do Brasil, uma vez que é crescente o número de profissionais da contabilidade que atuam em empresas. O trabalho do contador em empresas demanda a tomada de decisões, onde a ética é essencial.

Estes autores e outros que serão analisados no desenvolvimento do trabalho trouxeram importantes contribuições ao estudo da ética na profissão contábil.

2.3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta pesquisa, por suas características e peculiaridades tem caráter qualitativo, e como BOGDAN e BIKLEN (1994, p.49.) toda pesquisa qualitativa tem mais ênfase na subjetividade, orienta-se para o processo e não para o resultado e tem a preocupação com o contexto, no sentido de que o comportamento das pessoas e a situação ligam-se intimamente na formação da experiência.

Foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a conduta ética na profissão contábil, onde foram efetuadas leituras exploratórias dos filósofos a respeito da ética, seguida de leituras mais específicas no ramo da contabilidade .

Foram analisados alguns escândalos financeiros ou empresariais, cujos resultados trouxeram prejuízos morais e financeiros à um grande número de pessoas:

Finalmente, foram aplicados questionários aos profissionais da contabilidade, com o objetivo de efetuar sobre as concepções dos mesmos em relação à ética e o grau de conhecimento que os detêm em relação ao Código de Ética dos Contabilistas.

Este questionário (ANEXO 1) foi aplicado a 45 contadores, uma amostra não probabilística, classificada por REA, PARKER (2000, p.141) como amostra por julgamento ou intencional, onde é usado o critério profissional na seleção dos entrevistados. Foram selecionadas pessoas - chaves, ou seja, contadores que atuam em grandes empresas de Cuiabá ou possuem escritório de contabilidade.

O questionário foi composto por perguntas abertas e fechadas, onde, de acordo com GRESSLER (1989, p.10-70), o entrevistado tem total liberdade de expressar suas idéias, destinado a permitir uma resposta pessoal, espontânea e com todos os pormenores e restrições que o entrevistado considere necessário. A análise dos dados, foi elaborada, procurando respeitar a opinião dos entrevistados.

3 . O CÓDIGO DE ÉTICA DO PROFISSIONAL CONTABILISTA E A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL CONTÁBIL

3.1. O PAPEL DO PROFISSIONAL CONTÁBIL

O exercício da profissão de contabilista exige competências, que podem ser adquiridas através da aprendizagem em instituições credenciadas oficialmente no sistema educacional. Como trata de uma profissão cujo bom ou mau desempenho vai influenciar diretamente no equilíbrio e controle dos bens de toda a sociedade, é imprescindível que este profissional seja devidamente habilitado para o exercício da profissão.

Esta prerrogativa profissional, longe de constituir privilégio, representa dever com responsabilidade (CRC-DF, 1998). Quem está credenciado para exercer a profissão contábil, tem a obrigação de fazer tecnicamente e eticamente correto, é o mínimo que a sociedade espera de quem está legalmente habilitado para o exercício de uma profissão.

É obrigação do profissional a preparação técnica e a atualização do conhecimento, pelos quais o indivíduo deve orientar seu procedimento na profissão que exerce, garantindo dessa forma a qualidade do serviço prestado e a segurança depositada no especialista. Isso é garantido por meio da formação básica, de preferência nos cursos universitários, e pela participação do contabilista em cursos, seminários, conferências e grupos de estudo organizados pelas entidades da

profissão contábil e pelas Universidades. A qualidade dos serviços que o contabilista oferece à sociedade e a seus clientes está diretamente relacionada ao grau de sua preparação e atualização, oferecendo a sociedade um serviço para o qual são necessários conhecimentos específicos e atributos técnicos garantidos por educação formal e sistemática, realizado no cumprimento de preceitos éticos.

Para regulamentar e fiscalizar o exercício da profissão contábil, existe um órgão representativo da classe, que não se limita a apenas efetuar a verificação do desempenho técnico do profissional, mas também em verificar, principalmente, a sua conduta ética. A existência de um código de conduta ética é premissa básica e decorre de uma exigência social e não apenas de uma exigência da classe de profissionais. Portanto, é fácil de se perceber que a sociedade espera não ter de se preocupar com a qualidade do profissional escolhido, em quem deve depositar total confiança. E essa confiança é crescente, na medida em que a conduta do profissional se enquadra na conduta esperada.

Essa conduta esperada tende a ser resumida em um Código de Ética Profissional (ANEXO 2), que pode ser considerado como um conjunto de princípios ou valores morais, cujos conteúdos têm que atender a alguns princípios fundamentais da ética profissional.

O Código de ética do contabilista, foi elaborado pelo Conselho Federal de Contabilidade, em 1970, sendo posteriormente reformulado em 1998. alguns autores analisados nesta pesquisa, defendem a reformulação do Código de Ética dos Contabilistas, haja vista as grandes mudanças que estão ocorrendo na economia e no mercado financeiro, mudando também o perfil do profissional contabilista, que deixou, na maioria das vezes de ser um profissional autônomo, para prestar serviços nas empresas.

Alguns destes princípios serão analisados a seguir, onde são destacados os pontos mais importantes.

3.2. DOS DEVERES E DAS PROIBIÇÕES

3.2.1 Agir com qualidade profissional

É obrigação do profissional a preparação técnica e a atualização do conhecimento, pelos quais o indivíduo deve orientar seu procedimento na profissão que exerce, garantindo dessa forma a qualidade do serviço prestado e a segurança depositada no especialista. Isso é garantido por meio da formação básica, de preferência nos cursos universitários, e pela participação do contabilista em cursos, seminários, conferências e grupos de estudo organizados pelas entidades da profissão contábil e pelas Universidades. A qualidade dos serviços que o contabilista oferece à sociedade e a seus clientes está diretamente relacionada ao grau de sua preparação e atualização, oferecendo a sociedade um serviço para o qual são necessários conhecimentos específicos e atributos técnicos garantidos por educação formal e sistemática, realizado no cumprimento de preceitos éticos.

Os anos recentes têm sido cenário de importantes modificações comportamentais e da realidade das economias. As empresas outrora perenes passam por transformações que exigem ações rápidas. Seus produtos enfrentam fortes concorrências e têm que ser freqüentemente renovados, melhorados. O contabilista que domina um conjunto de conhecimentos e técnicas que expressam a linguagem dos negócios e que servem para a tomada de decisões, vem atuando nesse novo ambiente, que exige informações úteis, completas e corretas, e em curto espaço de tempo. Para atuar com responsabilidade e ética, este profissional precisa sempre se atualizar, buscando novos conhecimentos que o ajude a acompanhar as mudanças na economia e no mercado.

3.2.2. Trabalhar com lealdade

A sociedade tem o direito de esperar que o contabilista que aceita uma responsabilidade profissional seja tecnicamente competente, com responsabilidade perante o público que é indispensável para qualquer profissional da Contabilidade. O público compõe-se de clientes, fornecedores de crédito, governo, empregados, investidores, a comunidade financeira e de negócios além de outros.

Existindo a profissão presente o relacionamento desta com a Sociedade, cumpre examinar as relações do profissional com as pessoas que a interagem, as quais, antes de econômicas, serão humanas por excelência, recaindo-se, pois, no terreno da ética. Relações que suscitarão questões várias, desde as de natureza geral, indagações que persistem desde o início da civilização humana, até aquelas de cunho específico, derivadas da atividade profissional propriamente dita e que obedecerão a deontologia peculiar.

Tendo por pano de fundo o interesse da Sociedade como um todo, o profissional manterá, em função de seus labores nessa condição, vínculos com colegas, clientes, sócios, empregados, colegas de outras profissões e outras pessoas. Ora, diante da complexidade de tais relacionamentos, faz-se necessária regulação específica, ou seja, a formalização de normas comportamentais, com o estabelecimento de sanções para o caso de sua inobservância.

O profissional tem que avaliar o compromisso a ser incorporado antes de assumi-lo, garantindo a seu cliente a melhor opção que eventualmente exista e a consecução eficaz de seu compromisso, o contador deve observar no seu exercício profissional, para que possa bem servir a Profissão Contábil: integridade, objetividade, competência profissional, sigilo, comportamento profissional, observância dos padrões técnicos e da legislação do país.

3.2.3. Manter um critério livre e imparcial

A imparcialidade técnica é o alicerce da responsabilidade profissional e em alguns casos, ela não pode ser exercida se não existir independência psicológica, devendo o profissional evitar aceitar um compromisso em que sua independência e

objetividade possam estar em risco e, da mesma forma, evitar manter qualquer tipo de relacionamento com seu cliente que possa colocar em risco esse preceito.

Esta imparcialidade é uma exigência essencial na profissão contábil, pois vai proporcionar isenção e autonomia na tomada de decisões,

3.2.4. Guardar segredo profissional

Este princípio tem relação com a lealdade profissional, mas baseia-se, também, no tipo de relacionamento que o profissional deve manter com seus clientes ou patrocinadores. O contabilista precisa ter acesso a diversos dados e informações de seu cliente para o adequado exercício de sua atividade. No entanto, seu cliente espera que esses dados e informações não sejam tratados pelo contabilista de maneira leviana e descuidada, com risco de vazamento de informações sigilosas. A confiabilidade é uma qualidade que deve fazer parte do relacionamento do contabilista com o cliente ou empresa. É essencial que haja uma inteira confiança entre o profissional e o cliente, pois esta confiança é um referencial para que este profissional alcance sucesso, inclusive financeiro.

3.2.5. Evitar tarefas que atentem à moral

É dever fundamental de todo ser humano e não apenas do contabilista, rechaçar a mentira e ter a firme convicção para viver a verdade. Dessa forma, espera-se que o profissional não participe de atos ilícitos e não se envolva em processos de sonegação, corrupção, fraudes e roubos.

O compromisso com a verdade deve levar a evitar suborno e a preferir o certo ante o errado.

Com exceção daqueles que possuam conceitos morais diferentes dos da sociedade, ninguém argumentaria contra os princípios aqui elencados. O problema está nas eventuais condutas egoístas e nas pressões que o ambiente de alta concorrência impõe aos profissionais, criando algumas situações de conflitos éticos que precisam ser enfrentados.

3.3. DO VALOR DOS SERVIÇOS PROFISSIONAIS

Não está inclusa a questão dos honorários profissionais entre os princípios básicos de ética, não por que não são considerados como um princípio, mas sim porque é necessário explorar um pouco mais este tópico e que se coaduna com todos os outros analisados anteriormente.

Os códigos de ética costumam condenar o aviltamento de honorários, porque ele é um dos alicerces em que o contabilista deveria apoiar a imagem positiva e o prestígio da profissão. Dessa forma, o aviltamento de honorários impede, em longo prazo, o cumprimento das demais normas éticas, comprometendo não somente a reputação do contabilista, mas também, a imagem de toda a profissão.

Esse tema é, por vezes, confundido com cartel ou mesmo com crime contra a economia popular. Ao contrário, os honorários a valores adequados representam a garantia de que o profissional cumprirá com suas obrigações e com o papel que ele se espera.

O contabilista que aceita executar seus serviços profissionais a dado cliente (ou patrocinador), assume responsabilidade de executar tais serviços dentro dos padrões éticos de qualidade, integridade, objetividade, independência, lealdade, competência etc. e de aplicar as normas técnicas apropriadas. Portanto, a remuneração do profissional deve levar em conta esse compromisso e os riscos que o profissional assume. A remuneração deve garantir seu compromisso com a manutenção de seu conhecimento (educação continuada) e com sua independência financeira, bem como com a manutenção de um padrão de vida digno de uma classe profissional.

Qualquer desvio nesse conjunto de conceitos acaba por comprometer a imagem de toda a profissão, aumentando sua baixa estima e o estigma pelo qual a profissão é vista.

A atividade contábil mantém o compromisso público com a técnica profissional dos contabilistas. Por outro lado, a atividade pode ser exercida: (a) por profissional autônomo atendendo um determinado número de clientes; (b) por profissionais empregados e vinculados a uma empresa ou um grupo de empresas; e (c) por profissionais associados, que prestam serviços a diversos clientes por meio

de uma organização contábil. Este último grupo é fruto das mais recentes preocupações.

Nos tempos atuais, em que os negócios devem ser tratados com presteza, qualidade, eficácia e com especial ênfase na administração, controle de gastos e maximização dos resultados, deparamo-nos com um novo conflito ético: o da eficácia administrativa vis-à-vis a ética profissional.

Os compromissos do Contador referem-se:

- Aos clientes: decorrentes da prática profissional, e dizem respeito à responsabilidade profissional assumida.
- Aos empresariais: referem-se aos objetivos de uma empresa com seus quotistas, credores, fornecedores, governo, funcionários, clientes etc. Esses compromissos não estão, nem de longe, próximo dos princípios filosóficos que regem a ética de qualquer profissão.
- Serviços profissionais especializados: vinculado à fé pública de cada profissão. Por outro lado, no entanto, surgem os compromissos de rentabilidade, liquidez, qualidade, continuidade e pontualidade, e que não decorrem da visão filosófica de cada profissão, mas da lógica dos negócios.

Dentre os quais se destacam os serviços de auditoria, os serviços de perícia contábil e outros trabalhos, que exigem alto comprometimento ético para o desempenho das funções a que se destinam.

3.4. DAS PENALIDADES

As organizações contábeis são responsabilizadas por atos de seus responsáveis técnicos e são envolvidas, quando necessário, em processos disciplinares com multa pecuniária. Os responsáveis técnicos envolvidos nesses processos são enquadrados em processos disciplinares e éticos e suas penalidades vão de suspensão do exercício profissional e das multas pecuniárias, até as admoestações reservadas ou públicas.

3.5. INFRAÇÕES MAIS COMETIDAS POR FALTA DE ÉTICA

De acordo com dados fornecidos pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Mato Grosso, no exercício da fiscalização aos profissionais da contabilidade, algumas infrações são cometidas com maior intensidade, destacando-se:

- Contabilista que adultera ou manipula fraudulentamente escrita ou documento com o fim de favorecer a si mesmo ou clientes, em detrimento ao fisco.
- Contabilista que não cumpre, no prazo estabelecido, determinação do CRC ou de órgão autorizado de classe, depois de regularmente notificado.
- Contabilista habilitado, responsável técnico pelo escritório sociedade, sem cadastro, composto por contabilistas e leigos, explorando serviços contábeis.
- Contabilista que pratica aviltamento de honorários e/ ou concorrência desleal.
- Contabilista que retém injustificadamente, danifica ou extravia livros e documentos contábeis, comprovadamente entregues a seus cuidados.
- Contabilista que se apropria indebitamente de valores confiados à sua guarda, em decorrência do exercício da profissão.
- Contabilista que depois de convocado deixa de prestar serviços por ocasião de eleições do CRC.
- Contabilista que não executa serviços profissionais para o que foi contratado.
- Contabilista registrado na categoria de Técnico em Contabilidade, exercendo função de Contador.
- Contabilista exercendo a profissão sem registro no CRC.
- Contabilista exercendo a profissão com registro provisório vencido.
- Contabilista suspenso ou com registro profissional baixado exercendo a profissão.
- Contabilista que faz anúncio imoderado.
- Contabilista que assina documentos ou peças contábeis elaborados por outrem, sem sua orientação e supervisão.
- Contabilista que demonstra incapacitação técnica no exercício da profissão.
- Contabilista que inobserva as Normas Brasileiras de Contabilidade, elaborando Demonstrações sem base em documentação hábil e idônea, tendo ocorrido culpa.

- Contabilista que transcreve no Livro Diário, Demonstrações Contábeis com valores divergentes de peças da mesma empresa e mesmo período apresentadas para qualquer efeito como verdadeiras.
- Contabilista, quando perito ou contador, não evita interpretações tendenciosas sobre matéria objeto do trabalho, não mantendo absoluta independência moral e técnica na sua elaboração.
- Contabilista que não presta ser moral, intelectual e material e não zela pelo prestígio da classe, da dignidade profissional e seu aperfeiçoamento.
- Contabilista que explora prestígio em decorrência de cargo que ocupa em Entidade de Classe.
- Contabilista sem registro, responsável técnico de escritório sociedade, sem cadastro, composto somente por Contabilistas não registrados, explorando serviços contábeis.

Além dos problemas citados anteriormente, serão considerados especificamente seis casos de comportamentos que são contra o disposto no código de ética da profissão:

- 1 - Crise de Valores
- 2 Imperícia
- 3 Negligência
- 4 Fraude
- 5 Corrupção
- 6 Impunidade

Segundo NASH (1993, p. 34) a integridade da empresa em seus negócios exige capacidades de integrar uma infinidade de valores importantes e quase sempre conflitantes, na medida em que a condição essencial é que as pessoas têm que agir como falam. Significa defender o que é certo e praticá-lo, mesmo quando as condições financeiras são difíceis. No caso do Contador, essa capacidade de integrar estes valores é ainda mais premente, pois o mesmo terá de colocar na mesma dimensão a ética pessoal e a gerência dos negócios, que, na maioria das vezes, se fundem em um único negócio.

Como LANZARINI (2002 p. 18) *in* a Ética de Negócios, erros éticos não podem ser desfeitos com a mesma facilidade que os erros econômicos. Em sua obra apresenta algumas situações pelas quais o contador pode passar no exercício de sua profissão e, através de exemplos, ver-se-á qual a conduta que deve ser tomada por este profissional de acordo com o Código de Ética de sua profissão, como também, com sua própria moral, pois segundo SÁ (1996, p. 5-10) estes se confundem em um só sistema.

3.5.1. Crise de valores

Ocorre quando uma nova situação se apresenta e sua solução passa por decisões que conflitam com a formação moral do profissional. Ou seja, o profissional toma como base principal para sua decisão, não a ética, mas sua própria moral. O problema ultrapassa as fronteiras profissionais e atinge o lado humano do indivíduo.

Pode-se dizer que esta crise se caracteriza pelo declínio da ética do trabalho, mostrando a descrença de que a atividade produtiva possa ser fonte de dignidade e realização social. Deve-se observar, porém, que este declínio da ética no trabalho é produto do momento de ruptura da ordem dos valores sociais vividos atualmente, período este denominado por estudiosos de pós-modernidade.

Para se entender melhor esta falência dos valores sociais, pode-se observar a ordem econômica capitalista regida pela lei do maior lucro e acúmulo de bens, que levou o homem moderno a desenvolver seu egoísmo e individualismo de forma exacerbada.

Uma situação que tenha uma crise de valores pode possuir uma solução de ordem técnica. Analisando-se o seguinte exemplo hipotético, buscar-se-á apresentar uma solução desta natureza.

José da Silva, contador da indústria Marine S.A., incomodava-se com o fato de que o lixo tóxico gerado pela empresa era despejado no rio que abastecia a cidade. O ordenamento jurídico brasileiro prevê multa a todas as empresas que poluem o meio ambiente.

Sabendo disso, e incomodado pela situação, que também comprometeria a sua saúde e de toda a sua família, José apresentou à diretoria um plano de investimento que demonstrava os valores que a empresa teria que desembolsar ao

instalar um lago artificial para jogar seu lixo, bem como para tratar a água do rio que estava sendo poluído. Não pretendendo gastar a quantia prevista nos relatórios do orçamento, a empresa fatalmente recusaria a proposta apresentada por João; entretanto, o relatório mostrava também que a execução do lago e a publicação dos montantes investidos na despoluição do meio ambiente poderiam ser publicados em forma de um Balanço Social, e utilizados como um marketing em prol da companhia. O relatório continha ainda uma pesquisa de mercado sobre o quanto estes atos influenciariam positivamente na fidelidade dos clientes aos produtos da empresa.

Visando os benefícios que poderiam ser alcançados em termos monetários a companhia aprovou os investimentos necessários e João foi promovido a *controller*. Assumida a nova função, José já não mais se sentia desconfortável com a postura anti-ética da empresa tomada no passado e, por outro lado, sentia-se recompensado profissionalmente.

3.5.2. Imperícia

Entende-se por imperícia a falta de conhecimentos específicos para a execução de determinado trabalho. Assim, incorre em imperícia o motorista habilitado para dirigir somente automóveis e motocicletas que dirija ônibus ou caminhões. Da mesma forma, o dentista que faz somente clínica geral e, se proponha a fazer tratamentos ortodônticos. O mesmo ocorreria com um anestesiologista que se propusesse a fazer um transplante de válvula mitral. Portanto, ocorre imperícia quando há falta de conhecimentos técnicos, inabilidade, ignorância sobre o que se deve saber para o exercício da profissão.

Em todas as situações acima citadas observa-se que os profissionais não possuíam os conhecimentos específicos para a execução dos trabalhos que se propuseram a fazer. Na área contábil, podem ser citados como casos de imperícia:

A realização de serviços de auditoria (sendo responsável pelo mesmo) por um contabilista, técnico em contabilidade, que, por não ser contador, estaria impedido de executar tal serviço;

A execução de uma perícia contábil pelo mesmo profissional acima e, pelo mesmo motivo, também estaria impedido. Observa-se nesse caso que o laudo pericial em questão é considerado nulo de pleno direito, não produzindo desta forma quaisquer efeitos jurídicos.

Há ainda os casos cujo desempenho do serviço depende de conhecimentos específicos da matéria. Dentre estes casos podem ser citados:

Um contador que sempre tenha trabalhado com empresas privadas se propõe a dar consultoria a prefeituras do interior, mesmo sem ter acumulado qualquer experiência prática no âmbito de contabilidade pública ao longo dos seus 15 anos de vida profissional;

Um contador que sempre trabalhou fazendo a contabilidade de pequenas e médias empresas, sem ter qualquer experiência como auditor, se propõe a executar uma auditoria operacional em uma empresa do setor privado.

Observa-se nos dois últimos casos que, muito embora os profissionais executores dos referidos trabalhos não tenham experiências para a realização adequada dos mesmos, não se pode afirmar que não possuíam o conhecimento para a referida execução, uma vez que um contador passou por uma universidade e lá obteve conhecimentos sobre a contabilidade pública, bem como sobre auditoria. Nestes casos, não se pode afirmar que se tratam simplesmente de imperícia, mas sim de negligência em relação aos interesses dos beneficiários do serviço que será prestado, como também em relação à própria imagem do profissional prestador do serviço, que restará manchada pelo desempenho inevitavelmente abaixo das expectativas do contratante. A imperícia fere um dos elementos principais da prescrição normativa de conduta: a competência, para a qual o profissional deve estar apto a realizar o seu trabalho.

Pode-se dizer que é um problema decorrente da incompetência do profissional, ou melhor, quando o profissional não tem conhecimento, ou o tem de forma insuficiente, acaba cometendo erros involuntários no exercício da profissão, incorrendo assim em negligência.

3.5.3 Negligência

Entende-se por negligência como a atitude ou ato cometido por um profissional resultante de descuido ou displicência por parte do mesmo. A negligência resulta da falta de atenção na pessoa que desempenha determinada tarefa. Assim, para que se tenha uma conduta profissional tachada de negligente, é preciso que o profissional possua os conhecimentos necessários à execução do trabalho, mas que, por descuido, venha a incorrer em erro. Observe-se que este erro não é esse escusável e independe da vontade do agente, sendo, portanto uma conduta involuntária.

No exercício da profissão contábil, a conduta negligente poderá ter origem em uma ação ou omissão, desde que, em qualquer caso, tenha-se a involuntariedade. Assim, podem ser citados como casos de negligência profissional:

Erro no lançamento contábil da provisão para férias e seus encargos, seja aumentando ou reduzindo o lucro líquido tributável;

Atraso no recolhimento dos tributos decorrente da inobservância, por parte do departamento contábil, do prazo correto do vencimento;

Atraso no recolhimento dos tributos decorrente da apuração incorreta do montante dos mesmos, por parte do setor fiscal competente;

Pagamento a maior dos tributos oriundo de erro a maior, seja na base de cálculo ou na alíquota, ocasionando uma redução do capital de giro líquido completamente desnecessária;

Por ocasião de um planejamento para o lançamento de um novo produto no mercado, a informação incorreta ou imprecisa dos créditos fiscais e tributários decorrentes dos impostos recuperáveis.

Na mesma situação acima, a informação incorreta ou imprecisa de todos os tributos incidentes sobre o produto que se quer lançar no mercado, dentre outras condutas igualmente negligentes.

3.5.4 Fraude

Pode-se dizer que fraude é o ato de se utilizar artimanhas com a intenção de prejudicar outrem.

No campo do Direito, para a configuração da fraude, há que se fazerem presentes dois elementos:

objetivo (*eventus damni*): é o ato de prejudicar outrem;

subjetivo (*consilium fraudis*): é a má fé, a intenção maliciosa de prejudicar outrem.

O CEPC trata esta conduta da seguinte forma:

"Art. 3 ° - No desempenho de suas funções, é vedado ao contabilista:

VIII - concorrer para a realização de ato contrário à legislação ou destinado a fraudá-la ou praticar, no exercício da profissão, ato definido como crime ou contravenção."

A Fraude em Balanço é a falsificação ou inexatidão na apresentação dos dados das demonstrações contábeis feita propositadamente. Nestes casos, as fraudes são constatadas por meio de análise dos balanços ou, mais objetivamente, pelos auditores. Constituem fraudes: diminuir o valor dos estoques, aumentar as dívidas, diminuir os créditos, etc. Estes tipos de fraudes são praticados para burlar: o fisco, os credores, outros sócios ou os acionistas, os financiadores.

Um balanço que contenha vícios de fraude pode modificar completamente a interpretação dos valores, especialmente se o analista adotar a análise exterior ou superficial.

A fraude em Contabilidade é uma prática desonesta que elimina a fidedignidade dos números. Na fraude em escrita, são feitos lançamentos de fatos que jamais existiram, com a finalidade de burlar terceiros. A fraude fiscal é um artifício realizado na escrita contábil, em registros, cálculos, avaliações, documentos, com o intuito de reduzir a carga tributária ou fiscal. As fraudes fiscais ocorrem geralmente por omissão de receitas, aumento de custos e despesas, subavaliação de estoques, subfaturamentos, manobras com empresas associadas com drenagens de resultado. (SINGER, 1994)

As fraudes sujeitam as empresas a multas e enquadramento dos responsáveis na prática de crime de sonegação fiscal, podendo ainda se relacionar ao estelionato, que de acordo com o Código Penal é:

"Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.

§1º - Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor o prejuízo, o juiz pode aplicar a pena conforme o disposto no art. 155, § 2º. Art. 155 § 2º - Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa."

Dentre os casos de fraude, podem ser citados:

Jorge é um contador e fatura as vendas a prazo como se as mesmas tivessem sido à vista, para clientes inexistentes, protestando então as duplicatas destes e lançando tais títulos como devedores duvidosos, diminuindo o lucro e, conseqüentemente, a tributação do Imposto de Renda. Observam-se aqui os dois elementos indispensáveis à caracterização da fraude: o objetivo, ou seja, o dano ou prejuízo ao erário; e o subjetivo, a intenção de fraudar, de causar o resultado.

A emissão de notas fiscais 'frias' para fazer prova a uma entrada ou saída de recursos, ou ainda, o caso de duplicatas 'frias' destinadas a operações de descontos de títulos.

Nota-se que o profissional, para fraudar, necessita de conhecimento técnico suficiente na realização deste ato. Na verdade, tal conhecimento poderia ser bem melhor aproveitado na execução correta de seu trabalho, sem prejuízo à sociedade.

3.5.5 Corrupção

Entende-se por corrupção como sendo atos ou atitudes praticadas por um profissional em função do seu cargo para se valer de interesses próprios ou de outros. Podem ser citados como exemplos de corrupção: o suborno, a extorsão, o tráfico de influência, o nepotismo, o uso de propinas e o desvio de fundos. Existem duas categorias envolvidas na corrupção: o corruptor – quem corrompe e a pessoa que se deixa corromper. Ambas têm comportamento ativo no ato da corrupção.

A corrupção acontece tanto no setor privado como no setor público e não é um problema restrito aos países em desenvolvimento, pois o que muda são as formas e os índices de corrupção. O ambiente pode favorecer a corrupção. A economia onde se encontra um grande número de monopólios, bem como o

ambiente em que não se tenha cobranças ou apuração de responsabilidades normalmente são propícios ao desenvolvimento de corrupção.

Na contabilidade, verificam-se casos de corrupção tanto na área pública quanto na privada, com repercussão nacional.

Na área privada, presenciaram-se casos de balanços cujos números não chegaram a comprometer as imagens de solidez das referidas instituições. Entretanto, alguns meses após as referidas publicações, alguns destes bancos vieram a sofrer intervenções do Banco Central e até mesmo chegaram ao processo de liquidação.

O Código Penal Brasileiro prevê pena de reclusão de um a oito anos e multa para o crime de corrupção passiva por funcionário público contra a administração em geral. A mesma pena aplicada em casos de corrupção ativa praticada por particular pode ser aumentada em um terço.

A ética é muito importante, pois impõe limite ao homem, de forma a manter o equilíbrio necessário para o convívio harmônico em sociedade.

O contabilista tem seu próprio Código de Ética Profissional, que padroniza as condutas no exercício da profissão. No desempenho de seus afazeres é que o profissional enfrenta situações diferenciais e provocadoras, que porão a prova seus valores éticos, exigindo dele sólida formação moral e preparo emocional e psicológico.

O contador do século XXI enfrenta um árduo desafio: distinguir os limites da honestidade e dignidade de seus atos. Deve saber identificar quais são os princípios morais que devem nortear sua conduta. Em virtude da globalização dos mercados de diferentes países, observou-se uma ampliação do comércio internacional, que fez com que os profissionais tomassem consciência da necessidade de aumentar cristalização dos valores éticos.

Quando se seguem as normas éticas, as pessoas distinguem o profissional e a empresa ética. Dizem que sempre a primeira impressão é a que fica; fica marcada essa imagem do contador ético. O contador corrupto corrompe as regras éticas, de forma "lucrativa", prejudicando outrem, e ainda trazendo outros malefícios ao produto do trabalho.

Segundo o artigo 317 do Código Penal, corrupção é o ato de:

"Art. 317 - Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, ou antes, de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem".

Casos práticos existem muitos, mas se podem citar principalmente o de profissionais que recebem suborno para executar fraudes nas informações contábeis. Francisco José é contador de uma empresa locadora de máquinas de vídeo-game. Como o controle da venda de fichas para as máquinas não é confiável, o dono da empresa pede que ele fraude a receita da empresa para que os impostos sejam sonegados, e ainda, que o ajude a fazer com que o fisco aceite tal controle interno. Para isso é oferecido ao contador uma "ajuda de custos", bastante generosa, o que caracteriza corrupção.

Portanto, pode-se afirmar que a fraude é o abuso de confiança, ação aplicada de má-fé; contrabando, clandestinidade, falsificação, adulteração, etc., enquanto a corrupção é o suborno, a peita (dádiva feita com vista a subordinar; o crime de aceitá-la).

Como se pode ver as fraudes e as corrupções estão em toda parte, na atualidade existem vários casos:

Muitos dilemas são vistos na profissão contábil, onde o contador é solicitado pelo seu superior para assinar um balanço com números distorcidos, comprometendo assim a fidedignidade das demonstrações. Observam-se ainda profissionais que disputam o cliente, fazendo falsas afirmações e ou empregando meios fraudulentos para desviar a clientela dos concorrentes.

Portanto, verifica-se que a má organização da sociedade quer pelo aspecto econômico ou educacional, pode criar condições favoráveis ao desenvolvimento de fraudes, ou corrupções.

A sociedade precisa se organizar para cada cidadão agir como um fiscal das verbas públicas, observando sua aplicação correta.

3.5.6 Impunidade

Quando alguém incorre em crime de sonegação fiscal, a Fazenda Pública dá início ao processo de fiscalização com o intuito de averiguar se está tudo de acordo

com a legislação vigente. Caso seja detectada alguma irregularidade, a empresa é autuada e, por conta do auto, arcará com uma multa de caráter punitivo.

Na esfera penal, para o enquadramento dos administradores em crime contra a economia popular, se os montantes sonegados, acompanhados dos respectivos acréscimos legais, forem integralmente pagos antes de oferecida a denúncia por parte do ministério público, fica extinta a punibilidade dos agentes.

Observa-se aqui um paradoxo. Ora, recolher os montantes devidos significa devolver aquilo que não os pertencia. Extinguir a punibilidade dos administradores nos crimes contra a economia popular na forma do parágrafo anterior representa um verdadeiro acinte ao princípio constitucional da isonomia. Se o assaltante do banco devolve o produto do assalto, ele será julgado e condenado e fatalmente cumprirá a pena; de um outro lado, nos crimes de sonegação fiscal, devolvido o produto do roubo, fica extinto o direito de punir Estatal.

No Brasil, os índices de corrupção são alarmantes, principalmente, no âmbito da política, que possui um passado de escândalos de orçamento constantemente descobertos, crimes de sonegação fiscal envolvendo políticos de toda ordem e escândalos de corrupção, nos mais diversos sistemas de votação.

Aliado a isso, a mania de 'levar vantagem em tudo' só vai ser combatida com uma boa orientação de conduta ética e de valores sociais, fazendo com que o indivíduo reflita e conclua que seus interesses individuais não podem se sobrepor aos interesses coletivos.

Quanto à imperícia e à negligência, são decorrentes de uma orientação técnico-científica que se encontra muito defasada pelo fato de os incentivos ao desenvolvimento científico ou tecnológico estarem cada vez mais escassos.

Para combater as condutas que tanto dano trazem a sociedade, os códigos de ética que regulam as diversas profissões deveriam aplicar punições mais rigorosas aos profissionais que cometem atos ilícitos. O código penal deveria punir os ricos e poderosos com o mesmo rigor que combate os pobres que são agentes de atos ilícitos.

A impunidade, ou seja, a falta de castigo devido é a responsável, muitas vezes, pela constância dos erros cometidos.

O contador deve manter a independência profissional e não ser manipulado pelo empresário de modo a distorcer informações em prol do segundo. O profissional

de Contabilidade deve ter essa consciência pois, como responsável por seu trabalho, assumirá os riscos de suas conseqüências, cabendo a ele a punição pelos atos lesivos ao seu Código de Ética. (SUNG e SILVA, 1995, p 12-25)

Um exemplo de impunidade que pode ser observado é o de um contador que é o responsável por ter distorcido informações contábeis de forma a sonegar milhões de reais, caracterizando crime contra a economia popular, o que é abafado, por se tratar de uma grande empresa que tenha como proprietário um político de grande influência no governo.

A devida punição deverá ser capaz de fazer com que o contabilista responsável, tome consciência de que deve agir com ética, conservando-se a sua independência, a fim de que possa responder dignamente pelas informações geradas. Para que se possa ter uma classe profissional mais respeitada e unida deve-se ter em mente a constante adoção de princípios éticos, além dos técnicos.

Note-se que em todos casos acima citados como exemplos de conduta negligente, tem-se para o usuário dos serviços contábeis sempre um prejuízo. Analisar-se-á a seguir as conseqüências de cada um desses erros.

O erro na provisão para férias e seus encargos, se aumentou o lucro líquido tributável, onera a empresa com uma carga tributária superior aos limites previstos em lei, provocando assim desencaixe desnecessário. Se o erro na provisão reduziu o lucro tributável, pode-se afirmar que este erro deixou a empresa vulnerável a uma autuação fiscal; se este erro não for verificado e corrigido pela empresa antes que o fisco o perceba, (porém, mesmo assim, a primeira) estará sujeita aos acréscimos moratórios legais.

Nos casos de pagamentos de tributos a menor, o recolhimento da diferença em atraso sempre fará com que o devedor em mora incorra na obrigação dos acréscimos moratórios legais.

Nos casos de pagamentos a maior de tributos, embora estes sejam recuperáveis, seja através de processo de compensação ou restituição, a redução desnecessária do capital de giro líquido - dependendo das importâncias envolvidas, do porte da empresa e da situação desta no mercado - pode comprometer a saúde financeira da empresa, onerando assim de forma inevitável os resultados da mesma.

Nos casos de planejamento para lançamento de um novo produto, quando a negligência do profissional da área contábil onera o custo deste produto, a empresa

pode deixar de lançar um produto que teria chances de aumentar a participação desta empresa no mercado. Quando este erro reduz o custo do produto a empresa poderá vir a fazer investimentos em ativos fixos, contratação de mão-de-obra e empreender esforços para fabricar um produto inviável. Não se pode aqui afirmar em qual desses dois casos o prejuízo é maior, uma vez que o prejuízo só é contabilizado no segundo caso, pois no primeiro, a empresa dificilmente calculará quanto realmente ela teria vendido se tivesse fabricado um produto que seria viável e que, por um erro não se desse a conta de que este projeto, foi considerado inviável.

À luz do CEPC (Código de Ética do Profissional de Contabilidade), podem ser citados os seguintes casos de negligência que afrontam o art. 2.º, inciso I do referido Código, que abaixo se transcreve:

"Art. 2.º São deveres do contabilista:

I – exercer a profissão com zelo, diligência e honestidade, observada a legislação vigente e resguardados os interesses de seus clientes e/ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais."

João é contador de uma empresa e, por falta de conhecimentos, não registrou os livros contábeis na Junta Comercial. Devido a problemas societários esta empresa foi submetida a uma perícia e, para que ganhasse a lide, necessitava comprovar suas operações contábeis registradas em um determinado período. Como seus livros estavam devidamente revestidos das formalidades legais, a empresa não pode utilizá-los como prova, e acabou sendo prejudicada no julgamento do caso, devido à imperícia de seu contador.

João é contador, e desconhecendo o princípio da prudência, que diz que se deve registrar maior valor a despesa e menor a receita, faz exatamente o contrário. Este profissional foi negligente, porque desconheceu um dos Princípios Fundamentais da Contabilidade, além de ter informado de forma distorcida o seu cliente, ou melhor, os usuários destas informações.

Fernando é contador de uma loja de fantasias. Ao contabilizar as receitas da empresa, registrou um valor maior que o real nesta conta e só notou o erro depois

de pagos os impostos referentes à receita. Neste caso, o profissional deveria ter entrado com processo de restituição de imposto pago indevidamente nos órgãos responsáveis pelo repasse do imposto ao governo, mas por medo de ser considerado incompetente, calou-se e prejudicou a empresa.

Cláudia tem seu escritório de contabilidade e trabalha com várias empresas. Certo dia recebe documentos de uma dessas firmas, e os deixa sobre a mesa para arquivamento posterior, sem protocolar o recebimento dos mesmos. Alguns dias depois, o gerente da empresa solicita os tais documentos. Cláudia, depois de procurá-los somente no arquivo daquela empresa, informa que não tem a posse deles, quando na verdade estavam guardados em arquivo de outra empresa, também cliente do escritório.

"Art. 3.º . No desempenho de suas funções, é vedado ao contabilista:

X - prejudicar, culposa ou dolosamente, interesse confiado a sua responsabilidade profissional".

No Código Penal Brasileiro tem-se:

"Art. 18 . Diz-se o crime:

Crime doloso

I - doloso, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo;

Crime culposo

II - culposo, quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.

Parágrafo único. Salvo os casos expressos em lei, ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão quando o pratica dolosamente".

De acordo com o disposto na lei, um ato acometido de imperícia ou negligência pode originar uma conduta penal criminal culposa.

3.6 ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO CONTADOR

O contabilista, por sua formação, pode ser designado Contador, são assim chamados os Bacharéis em Ciências Contábeis que, portanto, obtiveram formação em nível superior, ou os Técnicos em Contabilidade, assim denominados aqueles que obtiveram formação em nível médio e, no âmbito de sua profissão, podem atuar de muitas e diferentes formas.

Ressalvando-se que o Código de Ética Profissional dos Contabilistas especifica alguns tipos de trabalhos que são privativos dos contadores, pode-se apontar como áreas de atuação dos contabilistas, entre outras: contabilidade privada ou pública, perícia contábil, auditoria interna ou independente, controladoria, consultoria, ensino etc. Nessas áreas, o contabilista pode atuar tanto como empregado quanto como empregador e, adicionalmente, como profissional liberal.

Por força da profissão, o contabilista lida diariamente com aquele que é hoje apontado como um dos bens mais preciosos de uma economia: a informação. Tal fato, por si só, já é suficiente para demonstrar que cotidianamente esse profissional coloca à prova seus valores éticos.(LINGUITE, 1999, p.1)

Atuando no setor privado, o contador tem conhecimento de informações que são estratégicas dentro de qualquer empresa como, por exemplo, custo unitário de produtos, taxas de juros praticadas, seja como aplicador seja como captador de recursos, planejamento operacional e estratégico, decisões de investimentos etc.

No setor público, o contador tem conhecimento abrangente do orçamento do órgão ao qual se acha vinculado, aqui incluídos os projetos, nível de despesas correntes ou de capitais etc.

Enquanto auditor, o contador é chamado a opinar a respeito de trabalhos elaborados por profissionais de sua própria classe e sobre as demonstrações contábeis das empresas por ele auditadas.

Como se percebe, em qualquer dos exemplos citados, o fator informação é de grande relevância e, eventualmente, pode colocar o profissional diante de um conflito de interesses que se configuram em decisões do tipo: posso utilizar a informação em benefício próprio? A quem devo beneficiar com o uso de determinada informação?

Adicionalmente ao fato de lidar com informações, outros fatores não menos relevantes marcam a atividade do profissional de contabilidade. Entre esses outros fatores, dois merecem destaque especial.

O primeiro está relacionado com o fator humano. Para executar seu trabalho, o contabilista quase sempre conta com a companhia de pessoas, seja na condição de líder ou de liderado. E o segundo diz respeito aos recursos que dispõe para exercer sua atividade, independentemente de representarem recursos próprios ou de terceiros. Em ambos os casos, a presença da ética quando da utilização de tais recursos é requerida. Dentre as inúmeras atribuições do profissional contabilista, algumas funções são analisadas a seguir:

3.6.1 Administrando pessoas

O comportamento esperado do contabilista, enquanto administrador de pessoas, iguala-se ao comportamento esperado de qualquer outro profissional na mesma situação. A discussão a respeito da administração de pessoas passa, obrigatoriamente, pela discussão da questão da liderança.

Muitas são normalmente apontadas como componentes necessários à personalidade de um líder, como honestidade, carisma, coragem, honradez etc.

Uma parcela significativa dos contabilistas assume papel de liderança em seu cotidiano, seja atuando de forma independente, seja como representante de terceiros, seja como empregado.

Em qualquer situação, ao trabalhar com pessoas, o contador precisa antes de tudo, de desenvolver o seu lado humano e social, na convivência diária, a prática da ética evita que se cometa injustiças. O profissional contábil pelas funções que lhe são atribuídas, deve ser um exemplo, um espelho onde os que trabalham consigo devem ter como base.

3.6.2 O comportamento do líder

Quando se trata da administração de pessoas, a regra do "faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço", não deve, em nenhuma hipótese, ser aplicada. Aquele que lidera precisa, em todos os sentidos e momentos, apresentar um

comportamento exatamente igual àquele que espera de seus liderados. Esse é o principal exemplo de ética que um líder deve ter em mente.

3.6.3 O respeito humano

O profissional, quando administrador de pessoas, não deve esquecer que lida diretamente com o fator humano. Assim, apesar da essencialidade do profissionalismo, o lado humano das pessoas não pode ser desprezado. Atualmente, existe a necessidade de o profissional, ou empresa dedicar atenção ao lado social, seja dos funcionários ou de entidades.

O balanço social já faz parte da prática contábil da maioria das grandes empresas e deve ser uma prática constante também de todo profissional da contabilidade, haja vista que a sociedade em que este profissional está inserido, é uma sociedade que prescinde de profissionais preparados tecnicamente, mas que desenvolva também o lado humano e social.

3.6.4 O profissional contador

Atuando como contador de empresas, o profissional, seja ele um bacharel em Ciências Contábeis seja um Técnico em Contabilidade, como empregado ou por conta própria, precisa: conhecer de maneira profunda os Princípios Fundamentais de Contabilidade em vigor no Brasil, da mesma forma que no país de origem da empresa, quando for o caso de ela não ser brasileira. Vale destacar que esse conhecimento implica atualização constante; conhecer profundamente o sistema tributário do país, especialmente no que diz respeito aos tributos inerentes à atividade da empresa; conhecer de forma ampla a atividade da empresa, aqui incluído o seu mercado de atuação e conhecer de maneira clara o modelo de decisão dos usuários das informações contábeis.

Sendo portador dos conhecimentos apontados, e de outros mais específicos para cada caso, resta ao profissional aplicá-los e utilizá-los de forma adequada.

O profissional, especialmente quando na condição de empregado da empresa, não deve deixar que sua eventual dependência econômica do empregador o obrigue a divulgar informações não verdadeiras, ou então, ser conivente com

práticas ilícitas cometidas pelos dirigentes, sob pena de ser acusado de cumplicidade ou de contribuir para que tais práticas ocorram.

3.6.5 O profissional perito

O papel de perito contábil, atividade que constitui prerrogativa do bacharel em Ciências Contábeis, é de grande importância no auxílio à justiça na resolução de demandas que envolvam matéria contábil.

Para exercer a perícia contábil, o profissional necessita atender a todos os requisitos do profissional contador. Particularmente, ele precisa ter um conhecimento profundo a respeito do objeto de seu parecer.

Quando convocado pela justiça para auxiliá-la na função de perito contábil, o profissional não deve aceitar a missão caso possua algum tipo de ligação com qualquer das partes envolvidas. Aceitando o encargo, ele não deve, a partir de então, aceitar, da mesma forma, qualquer tipo de envolvimento com as partes. É fundamental que sua isenção e imparcialidade sejam preservadas.

O profissional auditor

Quando estiver atuando como auditor independente, além de todos os conhecimentos técnicos requeridos pela função, o profissional deve zelar, acima de tudo, por sua independência.

No exercício de sua atividade o profissional deve observar, em toda a sua extensão, as Normas de Auditoria. Ele deve ter em mente que, mesmo tendo sido contratado pelos administradores da empresa, seu parecer servirá para dar credibilidade às demonstrações contábeis. Tal fato certamente irá influenciar as decisões de pessoas alheias à empresa.

Conquanto a elaboração das demonstrações contábeis a serem auditadas seja de responsabilidade dos administradores da empresa, o auditor não deve permitir que qualquer informação inverídica venha a ser nelas incluída.

O auditor independente presta serviços para muitas empresas diferentes e, em virtude dessa situação, o profissional necessita cuidar para que as informações de uma empresa não venham a ser conhecida pelas demais.

4. A Ética na Profissão Contábil, segundo Opinião de Alguns Profissionais da Contabilidade de Cuiabá-MT.

Para elaborar a monografia foi realizada uma pesquisa junto aos profissionais contábeis que atuam na região de Cuiabá.

O objetivo desta pesquisa, foi procurar conhecer o pensamento dos profissionais da contabilidade a respeito da ética, se conhecem o Código de Ética da classe e se os grandes escândalos financeiros cometidos por empresas de alguma forma abalam a confiança da população nos profissionais da contabilidade.

Para a coleta de dados, foi elaborado um questionário (ANEXO 1), aplicado a 45 profissionais da contabilidade.

Do total de entrevistados – 45 profissionais, 32 prestam serviços a empresas e 13 são profissionais liberais, correspondendo a um percentual, respectivamente de 69% e 31%.

Em resposta à primeira pergunta do questionário, se os profissionais conhecem o Código de Ética dos Contabilistas, as respostas foram:

Sim, conhecem o código de ética dos contabilistas	96%
Conhecem pouco o código de ética dos contabilistas	4%
Não conhecem o código de ética dos contabilistas	0

Estes resultados demonstram que o código de ética dos contabilistas é bastante conhecido entre os profissionais. É um assunto que faz parte do currículo escolar em todas as instituições de ensino, além de ser distribuído pelos Conselhos

Regionais de Contabilidade, na ocasião da inscrição do profissional, que só pode exercer a função mediante inscrição no conselho representativo da classe.

Atualmente, o Conselho de Contabilidade realiza um exame de proficiência aos profissionais para o ingresso na profissão, com o objetivo de estimular os novos profissionais a se dedicarem mais ao estudo para o exercício da profissão. Através deste exame, a questão ética é abordada, por se tratar de um conhecimento essencial para o exercício da profissão.

Questionados a respeito de um grande escândalo financeiro, as respostas dos entrevistados foram:

1. Escândalo da Encol	35%
2. Escândalo da Enron	33%
3. Escândalo do jogo do bicho/Empresas Arcanjo Ribeiro	22%
4. Escândalo dos fiscais do Rio de Janeiro	5%
5. Escândalo da Wolrd.com	5%
6. Escândalo da SUDAM	3%

Não se pode afirmar que em todos estes escândalos tenham o envolvimento dos profissionais da contabilidade direta ou indiretamente, pois como já foi afirmado anteriormente, o Código de ética dos contabilistas têm que ser revisto, para tratar com mais profundidade a respeito dos profissionais que prestam serviços vinculados à empresas.

Destes escândalos lembrados pelos entrevistados, os três que tiveram maiores índices de lembranças, ou seja, tiveram maiores indicações por parte dos entrevistados, serão analisados no capítulo 4.

Os entrevistados também responderam a um questionamento sobre por que alguns contadores em algumas ocasiões deixam de seguir o código de ética da classe. As respostas foram:

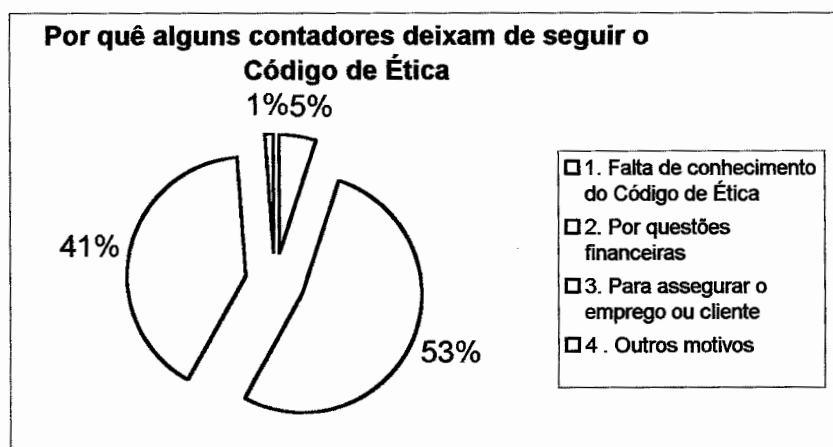
• Por questões financeiras	53%
• Para assegurar o emprego ou cliente	41%

- Outros motivos 5%
- Falta de conhecimento do código de ética da classe 1%

Mais uma vez observa-se, que não é pela falta de conhecimento do Código de Ética da classe que os profissionais da contabilidade cometem irregularidades. O código de ética é conhecido por todos. A profundidade deste conhecimento, será fruto de um próximo trabalho

Plotando estes dados em um gráfico, tem-se:

Gráfico 1: Por quê alguns contadores deixam de seguir o código de ética em algumas ocasiões:



Fonte: dados da pesquisa

A análise destes dados indica que, segundo os entrevistados, as questões financeiras são os principais motivos que levam os contadores a deixar de seguir o código de ética dos contabilistas. Na maioria das empresas, o lucro é o único propósito bem articulado. Para NASH (1993, p. 121): “embora o lucro seja inegavelmente importante, uma fixação nele é um instrumento analítico pobre e uma medida imprecisa dos muitos aspectos do trabalho de um administrador e, especialmente dos aspectos éticos”.

NASH (1993, p. 121-125) acrescenta ainda, que o resultado financeiro pode ser um bloqueador de conversas éticas mais efetivo no meio empresarial. Sempre que uma questão moral é levantada, tudo o que se tem a dizer é que a empresa precisa pensar no lucro, acima de tudo.

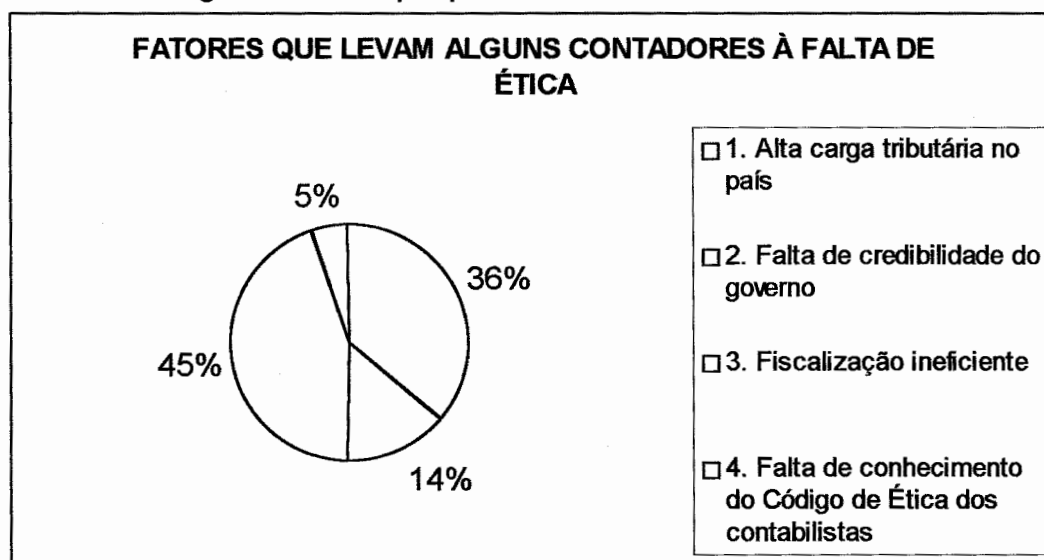
Uma outra pergunta elaborada aos entrevistados é referente a quais os fatores que levariam a um Contador a não ser totalmente ético. As respostas dos contadores foram quantificadas e colocadas no Gráfico 2.

Através destas respostas, pode-se analisar os principais motivos que levam alguns profissionais a cometerem falhas éticas no exercício da profissão, apesar da fiscalização do conselho representativo da classe, que regulariza, fiscaliza e pune (quando for o caso) os maus profissionais.

As respostas dos entrevistados foram:

1. Fiscalização ineficiente	45 %
2. Alta carga tributária no país	36 %
3. Falta de credibilidade do governo	14 %
4. Falta de conhecimento do Código de Ética dos contabilistas	5 %

Gráfico 2 – Alguns fatores que podem levar os contadores à falta de ética



Fonte: dados da pesquisa

De acordo com estes dados, a causa mais freqüente, que pode levar alguns contadores à falta de ética é a fiscalização ineficiente. Este fato é surpreendente, pois, a ética deveria ser prioridade em todas as ocasiões, independente de existir

uma fiscalização rigorosa ou não. O que se observa é que no Brasil, ser ético significa, muitas vezes perder dinheiro, e *status* e benefícios, o contabilista tem a difícil função de ser ético em todas as suas atitudes, pois, ao realizar suas atividades, além de gerar um bem a sociedade estará contribuindo para solidez da profissão contábil, porém algumas organizações empresariais, têm procurado desenvolver a ética na conduta dos seus funcionários no ambiente interno e externo da empresa.

5 A QUESTÃO ECONÔMICA E O COMPORTAMENTO ÉTICO

O resultado financeiro é um fator que exerce grande influência sobre as questões éticas. Muitas vezes algumas normas éticas são suprimidas em função de um resultado econômico. Quer ocorra com grandes ou pequenas empresas ou com profissionais liberais, a falta de ética, acaba trazendo prejuízos morais e financeiros às empresas e pessoas.

A seguir serão analisados três escândalos financeiros que tenha acontecido no Brasil ou no mundo, que tenham trazido prejuízos aos empresários, profissionais da contabilidade, empregados, clientes e consumidores. Estes escândalos foram lembrados pela maioria dos entrevistados, quando solicitados a relatarem um grande escândalo que tenha abalado a opinião pública.

5.1 – O CASO ENCOL

A Construtora Encol era uma grande empresa do ramo da construção civil, que atuava em todo o país. Sua falência foi decretada em 1999, após denúncias de dificuldades financeiras desde 1995. A falência da empresa trouxe prejuízos financeiros a 42.000 famílias consumidoras do produto oferecido pela empresa – a casa própria, além de 8.000 funcionários, que se viram sem emprego. (SALGADO, 2003, p. 77-79).

A principal acusação foi a de desvio de patrimônio por parte de seu proprietário. Esta acusação de início não prosperou por falta de provas. Porém, somente em abril de 2003 foram divulgadas as verdadeiras causas da falência da empresa:

- Existência de caixa dois¹
- Falsificação de livros contábeis.

¹ Caixa dois: termo usado no meio contábil para designar a existência de caixas ou contas bancárias que não constam da contabilidade da empresa.

- Distribuição ilegal de dividendos aos acionistas.
- Campanhas publicitárias para mascarar a real situação da empresa.
- Vendas do patrimônio da empresa à sócios e empresas coligadas.

A empresa montou uma estratégia, que visava enganar aos mutuários, manipulando o ritmo das obras, que dava a impressão de que o trabalho de construção estava em ordem: dava prioridade às fachadas dos edifícios, aprontando apenas a parte externa dos mesmos.

Para chegar aos resultados acima descritos, uma empresa de investigações foi contratada. Uma equipe de dez contadores e duas dezenas de estagiários, analisaram durante dois anos em quatro galpões cheios de papéis. Através da análise documental, foram encontradas provas do desvio de patrimônio da empresa no valor de 2,5 bilhões de reais – o que faz do caso Encol a maior falência de uma empresa não bancária da América do Sul.

Através das provas detectadas e a recuperação do patrimônio da empresa, espera-se fazer justiça aos milhares de pessoas, que acreditando no sonho de ter um imóvel residencial, investiram suas economias em uma empresa, que não cumpriu eticamente com o seu dever.

5.2 - O CASO ENRON

A Enron era a 7ª maior empresa dos Estados Unidos. Era também a maior distribuidora de energia dos Estados Unidos, com ativos de 62.8 milhões de dólares e ações que, em outubro de 2001, estavam cotadas em 84 dólares e foram retiradas somente em 2002 da bolsa de New York a 27 centavos. Estão a ser conduzidas averiguações não só no âmbito dos aspectos técnicos da falência (desbaratamento das pensões de reforma, destruição de documentos, etc.), mas está também a ser efetuada uma investigação, realizada por uma comissão senatorial, presidida por Joe Liberman, às implicações políticas deste acontecimento e, entre elas, se a administração Bush soube dos problemas desta empresa e os tentou encobrir. São

agora levantadas questões acerca das motivações da não intervenção do governo neste processo de falência.

É quase certo que a administração Bush soube antecipadamente que a Enron ia falir, que estava a vender ações e a realizar capital enquanto proibiam os empregados de vender as ações que tinham adquirido como complemento de reforma. Como se explica então que as auditorias e as agências reguladoras do governo não tenham agido?

A falência de uma empresa que foi uma das empresas que mais investiu dinheiro em campanhas partidárias e mais 7,6 milhões de dólares em *lobbys* em Washington tem, sem dúvida, implicações políticas.

Junto com a credibilidade da Enron, caiu também a credibilidade da Arthur Andersen, uma das mais prestigiadas empresas de auditoria do mundo, que elaborou um relatório favorável da empresa, quando esta já estava em condições financeiras ruins. Relatórios financeiros foram alterados, dívidas foram suprimidas e papéis comprometedores foram destruídos.

A Enron foi à falência após tentar socorrer-se com a ajuda do primeiro escalão do governo americano. O então Presidente da Enron, Kenneth Lay, tinha uma amizade quase fraternal com o presidente George W. Bush. No passado, foi empregador de vários dos atuais ministros e deu gordas contribuições a campanhas eleitorais. A Enron doou 5,9 milhões de dólares a políticos desde 1989, para 188 dos 435 deputados e 71 dos 100 senadores do Congresso dos Estados Unidos. Só Bush recebeu 623.000 dólares entre 1993 e 2001. Tudo aparentemente estava declarado na prestação de contas de campanha, sem ilegalidade, mas parece claro que essa generosidade abriu portas e facilitou reuniões quando a Enron tentou achar salvação nos cofres federais.

Os que mais perderam até agora foram os credores, acionistas e empregados. Um exemplo: Charles Prestwood trabalhou 33 anos para a Enron. Ao se aposentar, saiu com ações da empresa no valor de 1,3 milhão de dólares. Era o prêmio por sua dedicação. Como a maioria dos milionários, Charles levava uma vida despreocupada e vivia dos rendimentos dessa poupança. Hoje, seus papéis valem apenas 8.000 dólares

e Charles foi aos tribunais para reaver o que considera ter perdido como produto de uma fraude. Isso aconteceu com todos os que possuíam ações da gigante do setor elétrico. No Estado de Connecticut, no nordeste dos Estados Unidos, mesmo quem não tinha nada a ver com a Enron está ajudando a pagar a conta. Na semana passada, a empresa de coleta de lixo do Estado aumentou as taxas em setenta cidades para tentar cobrir um rombo de 220 milhões de dólares, fruto de um negócio com a Enron.

Começa a antever-se uma longa batalha jurídica, estando a Enron e a Arthur Andersen a reunir uma equipe de advogados de elite, conhecidos pela sua competência profissional e ainda por terem contactos privilegiados nos centros de poder, procurando a petrolífera e a sua auditora construir, com isto, uma super-defesa para se proteger das acusações de fraude naquela que já é considerada a maior falência de sempre nos Estados Unidos. Por enquanto, os agentes federais continuam as investigações, tendo sido destacados 38 agentes contabilistas do FBI para a investigação do caso.

5.3. O CASO JOÃO ARCANJO RIBEIRO

João Arcanjo Ribeiro, também conhecido como Comendador, é um ex-policial, que fez fortuna no Estado de Mato Grosso explorando atividades ilegais, como jogo do bicho, máquinas caça-níqueis, contrabando, pistolagem e lavagem de dinheiro do narcotráfico. Aqueles que ousam desafiar o comendador acabam morrendo. O empresário Sávio Brandão, dono do jornal Folha do Estado, comparou João Arcanjo ao mafioso Al Capone em reportagens de primeira página. Apareceu morto com oito tiros na calçada em frente à nova sede do jornal.

O comendador também é dono de nove empresas de *factoring*, uma atividade que, em teoria, consiste em emprestar dinheiro apenas a pessoas jurídicas. Dentre as acusações que lhe são feitas, destacam-se:

- Ligações com bicheiros e exploração de máquinas caça-níqueis no Rio de Janeiro e em Londrina – PR. (ambas são contravenções no país).
- Suspeita de assassinato de jornalista
- Ligações com narcotraficantes.

- Manutenção de bingos em diversos locais no país.

Seu contador, Luiz Alberto Dondo Gonçalves, é acusado de fraudar documentos para a rede de empresas do Comendador, abrir empresas fantasmas e promover sonegação fiscal. Além de manter mais que simplesmente relação de trabalho, mantinha também relações de amizade com o Comendador.

Durante seu depoimento, Dondo afirmou que foi contador da empresa Itatiaia durante dois anos, mas negou que tenha feito alterações no contrato social desta para colocar sua filha e seu genro como sócios. Dondo afirmou que só teve conhecimento dessa modificação quando foi depor na Procuradoria da República. De acordo com ele, quem providenciou o registro das alterações no contrato foi um antigo sócio da empresa, Luiz Aparecido Martins. Logo após esta afirmação, Luiz Dondo se contradisse, afirmando que foi ele quem "preparou a quarta e quinta alteração do contrato social". O interrogado salienta também que "pela sua experiência de contador, há mais de vinte anos, sei que é impossível existir duas alterações de contrato social de mesma numeração, com teor totalmente diverso, sendo ambas registradas na Junta Comercial. Por isso, uma das duas alterações necessariamente é falsa. A Junta Comercial nem por erro poderia registrar duas alterações contratuais nessa situação", completou.

Dondo negou que a assinatura que aparece na ficha de alteração cadastral na Secretaria de Fazenda Estadual de Mato Grosso seja sua, afirmando que a assinatura é falsificada. Ele também salientou que tanto sua filha quanto seu genro, assim como esposa e outros dois filhos, trabalhavam na empresa Diego Contabilidade, responsável pela contabilidade da Itatiaia, mas ressaltou que não lembra quem especificamente cuidava da contabilidade da empresa. Dondo também não se lembra se já era contador da Itatiaia quando a empresa recebeu o regime especial de recolhimento do ICMS. O contador contou que conheceu o antigo sócio da Itatiaia, Luiz Aparecido Martins, quando este procurou um imóvel em Cuiabá que pudesse alugar e encontrou o do bicheiro João Arcanjo, cliente de Dondo. "Além de providenciar o aluguel, se tornou contador da empresa Itatiaia. Mantém, em seu escritório, a documentação de dez imóveis de propriedade de Arcanjo, em relação aos quais administra contratos de

aluguel, inclusive recebendo o aluguel em alguns meses", conforme os autos. A fiscal de tributos Leda Regina de Moraes Rodrigues também não se lembrou de vários fatos enquanto estava depondo na Justiça Federal. Ela não se lembra se concedeu regime especial à empresa Itatiaia em 1998, até porque passava pelas suas mãos inúmeros papéis e pedidos neste sentido.

Muitos são os motivos que levaram estas empresas, empresários e empregados a faltarem com a ética. Na maioria das vezes uma ganância por dinheiro e poder. Mas também, os danos morais e o descrédito que estas empresas sofrem, são perdas irreparáveis.

5.4 AS FALHAS ÉTICAS MEDIANTE AS FALHAS ECONÔMICAS

NASH (1993, p. 138-139) argumenta que a empresa deve desenvolver uma estrutura ética, que permita que sempre haja uma conexão entre lucro e integridade nos negócios. SÁ (1998, p18-20.) também defende a necessidade de o Contador sempre colocar a ética lado a lado com os seus interesses econômicos. Ambos defendem que a ética e o sucesso financeiro não têm valores morais opostos, mas devem andar lado-a-lado, apesar de considerarem que é difícil para as empresas e contadores sustentarem os conceitos de ética e lucro numa mesma equação.

Fazendo uma análise dos trabalhos citados no parágrafo anterior, foram selecionados alguns princípios básicos, que fariam uma descrição geral da integridade nos negócios e poderiam orientar os contadores na tomada de decisões diárias. NASH (1993, p. 33-34) resume em poucas linhas estes valores:

Honestidade – precisão de avaliar e representar a empresa e qualquer atividade relevante para ela.

Confiabilidade – ser consistente nas ações com os valores que se defende. Isso implica desde cumprir consistentemente as alegações do seu procedimento até punir os empregados que não honram com os padrões que você alega serem integrantes da empresa.

Justiça – equilibrar os diversos grupos com consistência e boa vontade. (...) justiça significa adotar uma ética que não atenda totalmente nem para o comprador nem para o vendedor.

Pragmatismo – dar contribuições concretas para a contínua saúde financeira e organizacional da empresa (NASH, 1993, p. 33-34).

Estes quatro valores descritos acima abrangem um amplo leque de assuntos éticos e todos dentro de um bom senso, que não são difíceis de serem atingidos e não exigem esforço e nem sacrifícios do profissional contador. Todos eles são contemplados no Código de Ética da classe.

Como se pode perceber, existe um campo muito fértil para a aplicação da ética empresarial e existem evidências demonstrando que agir conforme a ética efetivamente dá bons resultados - financeiros e não financeiros.

Ter padrões éticos significa ter bons negócios em longo prazo. Existem estudos indicando a veracidade dessa afirmativa. Na maioria das vezes, contudo, as empresas reagem a situações de curto prazo.

Bons negócios dependem essencialmente do desenvolvimento e manutenção de relações de longo prazo.

O empresário que obtém um rápido ganho financeiro tirando vantagens de clientes, fornecedores ou funcionários pode acusar um lucro um pouco mais alto neste trimestre, mas a confiança que perdeu no processo pode jamais voltar a ser instaurada em suas relações de negócios.

Na maioria das vezes o cliente desapontado passará a consumir os produtos da concorrência assim que aparecer uma oportunidade. Chegará o dia em que um fornecedor explorado estará por cima. E os funcionários explorados saberão retribuir ao mau tratamento de várias maneiras: roubando no almoxarifado ou no patrimônio, fazendo longas ligações interurbanas, apresentando licenças médicas sem estar doente, etc.

Falhas éticas levam a perder clientes e fornecedores importantes, dificultando o estabelecimento de parcerias. A prática de parcerias é cada vez mais comum hoje em dia. Na hora de dar as mãos, além de levantar as afinidades culturais e comerciais, às empresas também verificam se há compatibilidade ética. Será que unir nossos negócios não vai acabar envergonhando minha empresa?

Recuperar o nome de uma empresa é muito difícil. Quando uma companhia age corretamente, o tempo de vida do fato na memória do público é de cinco minutos. A lembrança de uma transgressão à ética pode durar cinquenta anos. A percepção do público pode ter um impacto direto sobre os lucros da empresa. A reputação de uma empresa é um fator primário nas relações comerciais, formais ou

informais, quer estas digam respeito à publicidade, ao desenvolvimento de produtos ou a questões ligadas aos recursos humanos. Nas atuais economias nacionais e globais, as práticas empresariais dos administradores afetam a imagem da empresa para qual trabalham. Assim, se a empresa quiser competir com sucesso nos mercados nacional e mundial, será importante manter uma sólida reputação de comportamento ético.

No caso do contador que é profissional liberal, a confiança dos clientes e fornecedores é fundamental. É um benefício em curto prazo, pois eles divulgam o nome do profissional a empresas, recomendando-o a terceiros.

Uma empresa não ética também não pode esperar comportamento ético de seus colaboradores. Os padrões éticos da companhia são à base do comportamento de seus funcionários, que tendem a seguir os padrões éticos dos líderes.

6. A RESPONSABILIDADE SOCIAL DO PROFISSIONAL CONTÁBIL

6.1. RESPONSABILIDADE SOCIAL DO PROFISSIONAL CONTÁBIL

Boas decisões nos negócios contábeis podem resultar de decisões morais ou éticas.

Um contador será considerado ético se cumprir com todos os compromissos éticos que tiver, se adotar uma postura ética como estratégia de negócios, ou seja, agir de forma honesta com todos aqueles que têm algum tipo de relacionamento com ele. Estão envolvidos nesse grupo os clientes, os fornecedores, os sócios, os funcionários, o governo e a sociedade. Seus valores, rumos e expectativas devem levar em conta todo esse universo de relacionamento e seu desempenho também devem ser avaliados quanto ao seu esforço no cumprimento de suas responsabilidades públicas e em sua atuação como bom cidadão.

A liderança da organização deve enfatizar suas responsabilidades públicas e praticar a boa cidadania. A responsabilidade pública refere-se às expectativas básicas da organização quanto à ética nos negócios, atenção à saúde pública, segurança e proteção ambiental. O enfoque relativo à saúde, segurança e proteção ambiental deve levar em conta as operações da organização bem como o ciclo de vida dos produtos.

Percebe-se claramente a necessidade da moderna gestão empresarial, também no meio contábil, em criar relacionamentos mais éticos no mundo dos negócios para poder sobreviver e, obviamente, obter vantagens competitivas. A sociedade também se beneficia deste movimento.

A prática da boa cidadania refere-se à liderança e ao apoio - dentro dos limites razoáveis dos recursos das organizações - a objetivos de interesse social, abrangendo também os aspectos acima mencionados de responsabilidade pública.

Tais objetivos poderão incluir a melhoria na educação, assistência médica, excelência na proteção ambiental, conservação de recursos naturais, serviços comunitários, melhoria das práticas industriais e organizacionais, intercâmbio de informações não confidenciais relacionada com a qualidade, a promoção da cultura, do esporte e do lazer (eventos e outras iniciativas) e do desenvolvimento nacional, regional ou setorial. A liderança quanto à boa cidadania implica influenciar outras organizações, públicas ou privadas a se tornarem parceiras para atingir esses propósitos.

O comportamento transparente é o valor que rege e reflete um comportamento de respeito à verdade conhecida como tal, gerando respeito e confiança mútuos.

O relacionamento da organização com todas as partes interessadas deve se desenvolver com base num comportamento ético, de maneira que isso resulte em reciprocidade no tratamento. Esse princípio se aplica a todos os aspectos de negociação e relacionamento com clientes e fornecedores. Ele também é aplicável no que diz respeito aos funcionários, nos quais se deve confiar sempre, até que se prove o contrário. Portanto, o respeito à sua individualidade e ao sentimento coletivo, inclusive quanto à representação sindical, deve ser uma regra básica. O mesmo valor se aplica à comunidade e a qualquer entidade ou indivíduo que mantenha contato com a organização.

Inclui-se nesta área a prestação de serviços comunitários pelos funcionários encorajada, apoiada e reconhecida pela organização. Por exemplo, a organização e seus funcionários podem influenciar a adoção de padrões mais elevados na educação, mediante a comunicação de requisitos de ocupacionalidade (grau de preparação para o mercado de trabalho) para escolas e outras entidades educacionais.

O balanço social já é uma prática comum entre as grandes empresas do país. Espera-se que seja também uma prática de cada profissional da contabilidade, cujo objetivo do trabalho não é apenas um rápido retorno financeiro, mas também a criação de valores e a manutenção do respeito profissional.

6.2 A ATUAÇÃO ÉTICA DO PROFISSIONAL CONTÁBIL

Sendo a ética inerente à vida humana, sua importância é bastante evidenciada na vida profissional, porque cada profissional tem responsabilidades individuais e responsabilidades sociais, pois envolvem pessoas que dela se beneficiam. No profissional contábil, os valores individuais e os valores profissionais se fundem.

A ética é ainda indispensável ao profissional, porque na ação humana "o fazer" e "o agir" estão interligados.

O fazer diz respeito à competência, à eficiência que todo profissional deve possuir para exercer bem a sua profissão. O agir se refere à conduta do profissional, ao conjunto de atitudes que deve assumir no desempenho de sua profissão.

Constata-se então o forte conteúdo ético presente no exercício profissional e sua importância na formação de recursos humanos

Não obstante os deveres de um profissional ou de uma organização, os quais são obrigatórios, devem ser levadas em conta as qualidades que também concorrem para o enriquecimento de sua atuação profissional, algumas delas facilitando o exercício da profissão.

Muitas destas qualidades (tais como: sigilo, competência, prudência, coragem, perseverança, compreensão, humildade, imparcialidade e otimismo) poderão ser adquiridas com esforço e boa vontade, aumentando neste caso o mérito do profissional que, no decorrer de sua atividade profissional, consegue incorporá-las à sua personalidade, procurando vivenciá-las ao lado dos deveres profissionais.

O interesse no cumprimento do aludido código passa, entretanto a ser de todos. O exercício de uma virtude obrigatória torna-se exigível de cada profissional, como se uma lei fosse, mas com proveito geral.

Cria-se a necessidade de uma mentalidade ética e de uma educação pertinente que conduza à vontade de agir, de acordo com o estabelecido. Essa disciplina da atividade é antiga, já encontrada nas provas históricas mais remotas, e é uma tendência natural na vida das comunidades.

É inequívoco que o ser tenha sua individualidade, sua forma de realizar seu trabalho, mas também a norma comportamental deva reger a prática profissional no que concerne a sua conduta, em relação a seus semelhantes.

Toda comunidade possui elementos qualificados e alguns que transgridem a prática das virtudes; seria utópico admitir uniformidade de conduta.

A disciplina, entretanto, através de um contrato de atitudes, de deveres, de estados de consciência, e que deve formar um código de ética, tem sido a solução, notadamente nas classes profissionais que são egressas de cursos universitários.

Segundo LISBOA (1997, p.69/70) o CEPC traz quatro elementos como indispensáveis ao desempenho satisfatório do serviço prestado pelo contabilista. São eles:

- a competência,
- o sigilo,
- a integridade e
- a objetividade.

A competência é assegurada pelos conhecimentos e experiências necessários ao desenvolvimento do trabalho, devendo aí ser considerado o processo de educação continuada por meio de treinamentos e cursos de reciclagem. Na era moderna, não há espaço para a acomodação; o profissional deve sempre ampliar seus limites sempre buscando novos conhecimentos. Os conhecimentos a serem buscados não devem restringir-se à área contábil, mas sim, abrangerem áreas afins.

O sigilo é de suma importância, uma vez que o contabilista tem como objeto informações confidenciais de seu cliente ou empregador. Observe-se que o sigilo é um dever do profissional, somente em relação aos fatos e atos lícitos. Para os atos ilícitos, o indivíduo não tem o dever de guardar sigilo, como tem a obrigação de denunciar, como um resultado do exercício de sua cidadania.

A confiança e credibilidade que o profissional passa para seus clientes repousa em outro fator, que é a integridade do primeiro. Só a competência e o sigilo não são suficientes. No exercício da profissão, não se pode segregar o 'indivíduo' do 'profissional', portanto, as empresas não querem só profissionais competentes, mas sim competentes e honestos. Hoje cada vez mais procuram-se no homem valores muitas vezes esquecidos ou escondidos por trás de ambições incompatíveis com a honestidade, zelo: características intrínsecas da integridade.

No quarto elemento buscou-se assegurar aos usuários da informação contábil a compreensão da mesma com fins de garantir a sua utilidade para fins de tomada de decisão. Assim, o contabilista deve procurar ser claro, conciso ao comunicar-se com o usuário. A clareza e a simplicidade das palavras não significam pobreza de conhecimentos, mas tão somente uma forma de melhor explicar relatórios e demonstrações contábeis.

Uma ordem deve existir para que se consiga eliminar conflitos e especialmente evitar que se macule o bom nome e o conceito social de uma categoria.

Se muitos exercem a mesma profissão, é preciso que uma disciplina de conduta ocorra.

Para regulamentar e evitar que ocorram problemas éticos no exercício da profissão, é necessário que o contabilista conheça bem o código de ética da classe e o coloque em prática no dia-a-dia.

7. CONCLUSÃO

O individualismo, a ganância e falta de ética predominante na sociedade contemporânea está provocando uma nova corrida ao seu estudo. A ética está se tornando um tema corrente em nosso dia a dia, pois a sociedade vem enfrentando grandes desafios nos anos finais no século XX. Agora, no limiar do século XXI precisa de visões do futuro que sejam atraentes, inspiradoras e vigorosas o bastante, para levar as pessoas a deixarem de lado o seu costume atual de concentrar-se nas crises imediatas e a voltarem-se com esperança para o futuro - um futuro em que a saúde e o bem estar da Terra e dos seus habitantes estejam assegurados.

O debate sobre a Ética na política, nas questões sociais e econômicas, ressurgiu com muita força nos últimos anos. O estudo e a preocupação com questões éticas também passaram a ser assunto de discussão nos meios empresariais, famílias e instituições. Atualmente, as exigências do cidadão não recaem apenas por produtos ou serviços de qualidade, mas são também de natureza ética. Muitas pessoas, especialmente os jovens, estão dispostas a contribuir com boas causas, existirá uma procura crescente por empresas não apenas voltadas para a produção e lucro, mas que também estejam preocupadas com a solução de problemas mais amplos como preservação do meio ambiente e bem estar social. Um código de ética é muito mais que uma simples reunião de direitos, deveres, limitações e punições. É o verdadeiro norteador, que deve reger toda a conduta dos elementos envolvidos por ele.

Na execução da profissão contábil, uma conduta não-ética de um contabilista, pode em um primeiro momento agradar a quem se beneficia diretamente desta conduta. Porém, a médio e longo prazo, este fato apenas contribui para denegrir não somente o profissional que o praticou, mas à comunidade contábil como um todo.

É uso comum da sociedade julgar uma categoria profissional, infelizmente, não pelos bons profissionais, mas sim pelos maus. Assim sendo, muitas vezes os contabilistas são vistos como "quebradores de galho" em questões fiscais e contábeis. Isto porque uma parcela considerável destas pessoas, não raro, incentiva práticas ilícitas, como a sonegação fiscal, pagamento de propinas, suborno, elaboração de peças, demonstrativos e documentos falsos, como por exemplo, balanços fraudulentos e comprovantes de rendimentos sem o respectivo respaldo.

É claro que se profissionais contábeis assim o fazem, é porque encontram anuência aos seus atos entre empresários, funcionários públicos e pessoas que assim querem que seja feito. Porém, este fato não justifica e muito menos explica estas atitudes.

Talvez, em alguns casos, é a relação de poder que obriga contabilistas a agirem em desacordo com as Leis e as Normas; vale dizer, em contrário à ética profissional. Pelo temor de perder o emprego ou o cliente, seja ele um contabilista contratado ou um proprietário de escritório contábil, respectivamente, pratica esses atos desabonadores à profissão. Mas, se todos os profissionais agissem conforme a ética, esses que detêm o poder econômico não conseguiriam forçá-los a agirem de modo contrário, pois não encontrariam quem o fizesse.

Quem não se lembra dos escândalos de Demonstrações Contábeis "falsas e forjadas" de bancos em vias de falência, justamente elaboradas para encobrir este fato dos acionistas e da sociedade? E o que é pior, demonstrações estas, auditadas por grandes empresas de auditoria, que não receberam nenhuma alusão a possíveis indícios de fraudes.

Observa-se assim que maus profissionais existem não só em pequenas empresas, como existem nas grandes também, inclusive em multinacionais, como por exemplo no caso de empresas de auditoria.

Existe na sociedade um conceito de que "a contabilidade é um mal necessário". Esta é uma afirmação extremada e discriminatória. Surge este pensamento do fato de a contabilidade ser, em primeira instância, uma imposição legal, mesmo não o sendo em sua origem, pois remonta aos primórdios da

civilização. Assim o é quando o Código Comercial e a Lei das Sociedades Anônimas preceituam como obrigatória a escrituração contábil.

É sabido que uma profissão só é valorizada quando quem dela precisa, sente sua utilidade. Ou seja, quando uma profissão consegue demonstrar, de forma inequívoca que pode contribuir positivamente para a sociedade, ganha desta a admiração e o respeito que merece.

Assim também acontece com a contabilidade, quando seus profissionais agem de acordo com a ética profissional e com as demais normas que a regem. Ao recusar-se a participar de atos incompatíveis com a legislação, o contabilista prova que sua conduta é coerente não só com a ética, mas também com a moral social e pessoal.

Um dos caminhos inicia-se nos bancos escolares. Sim, pois se no decorrer do curso de Ciências Contábeis, os futuros profissionais adquirirem a consciência dos valores éticos da profissão, da importância de seu papel na sociedade e das conseqüências que as condutas não-éticas provocam na classe contábil como um todo, ele certamente procurará agir de forma ilibada, pois disto dependerá a sua sobrevivência profissional.

Outra forma, que aliás já existe, é o exame de suficiência. É uma importante ferramenta para a ética pois possibilita o acesso ao pleno exercício da profissão, aos que comprovarem real e sólido conhecimento sobre a contabilidade.

Além de ser testado quando da sua entrada na profissão, o contabilista deveria procurar a educação continuada, que atualmente é uma necessidade premente. Entretanto, mais do que uma obrigação, todo profissional tem que buscar a educação continuada como forma de estar sempre atualizado e assim, capacitado à execução de sua profissão.

O papel do contabilista na sociedade é, a cada dia, mais relevante. A contabilidade não é somente registrar e controlar fatos administrativos, gerar guias e escriturar livros. Ao conhecer profundamente a empresa, o profissional contábil é chamado constantemente a não apenas evidenciar o que já aconteceu; é chamado sim a dar sua opinião sobre o futuro da empresa, respondendo à pergunta: que

caminho seguir agora? Sendo assim, o contabilista é peça fundamental para a sobrevivência das empresas, subsidiando as tomadas de decisões. Revela-se, no concurso para a continuidade das entidades, seu papel social, sendo na colaboração de manutenção dos empregos e até criação de novos, como na geração de bem-estar da coletividade.

Para atingir este nível, o profissional deve entender com profundidade a contabilidade, os Princípios Contábeis, o Código de Ética, as diversas legislações, etc.

Ao saber de seu valor, poderá valorizar sua profissão. Ao valorizar sua profissão, saberá aplicar os princípios éticos, não como uma imposição legal ou organizacional, mas como instrumento fundamental de conduta, condição sem a qual sua existência profissional perde o sentido.

Provará sua importância e relevância para a sociedade, não apenas pela profissão que exerce, mas também pelo exemplo de profissionalismo e de conduta ética e moral. Não consegue ser valorizado, aquele que não se valoriza.

7. REFERÊNCIAS

AGUILAR, Francis J. **A ética nas empresas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

ARENDT, H. **A dignidade da política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

AURÉLIO, B.H. **Dicionário Básico da Língua Portuguesa**. São Paulo: Nova Fronteira, 1999.

AZEVEDO, I.B. **O prazer da produção científica: diretrizes para a elaboração de trabalhos acadêmicos**. 8 ed. Piracicaba: Unimep, 2000. 206p

BOGDAN, R. BIKLEN, S. **Investigação qualitativa na educação**. Porto: Portugal, 1994.

CÓDIGO PENAL. **Juarez Oliveira (org)**. São Paulo, Saraiva, 1990.

CONSELHO ESTADUAL DE CONTABILIDADE. **Código de ética dos profissionais contabilistas**. Cuiabá, 2000

DEMO, P. **Educar pela pesquisa**. 3 ed. Campinas: SP, Autores associados, 1998.

FREITAS, A. O Código de Ética e as Empresas de Serviços Contábeis. . **Revista Brasileira de Contabilidade**. N. 59, p. 17-20, nov-dez/1998.

GRESSLER, L.A. **Pesquisa na educação**. São Paulo: Loyola, 1989.

KOLIVER, O.O futuro da classe e as questões éticas irresolvidas, notadamente diante da expansão do exercício profissional em regime de empresa. **Revista Brasileira de Contabilidade**. N. 96, p. 13-17, nov-dez/1996.

_____, O. As normas éticas profissionais dos contabilistas.. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, v. 90, p.15-23. jan/fev.2001.

LANZARINI, E.J. **Ética nos negócios**. Sebrae, 2002.

LISBOA, L. P. **Ética Geral e Profissional em Contabilidade**. 1.ed. São Paulo: Atlas, 1998. 174p.

LINGUITE, H. V., SANTOS, R. F. *et al.* **A Ética para o Contabilista Brasileiro: Avanços e Conflitos**. 15º Convenção dos Contabilistas do Estado de São Paulo. 1999.

MAUTZ, R. K. **Princípios de auditoria**. São Paulo: Atlas, 1975.

MOREIRA, D.A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira, 2001.

_____. **Técnicas de pesquisa qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 2000.

MOTTA, N. S. **Ética e vida profissional**. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural Edições, 1984.

NASH, L. L. **Ética nas empresas: boas intenções à parte**. Trad. Kátia Roque. São Paulo, McGraw-Hill, 1993

NOVAES, .A.(ORG.) **Ética**. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

REA, L. M.; PARKER R. A. **Metodologia da pesquisa: do planejamento à execução**. São Paulo, Pioneira, 2000.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis, Vozes, 1999.

RUIZ, J. A. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. São Paulo: Atlas, 1979.

SÁ, A. L. **Ética profissional**. São Paulo: Atlas, 1996.

SÁ, A. L. O Código de Ética e as Empresas de Serviços Contábeis. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n. 69, p.18-20. set/out.1998.

SALGADO, E. As provas do crime. **Revista Veja**, n. 1791, p. 77-79, fev. 2003.

SILVA, E.L. Formação no curso de Ciências Contábeis: um enfoque para a reflexão. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, v. 62, p.62-65. set/out.1995

SINGER, Peter. **Ética prática**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

SUNG, J M; SILVA, J. C. **Conversando sobre ética e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1995.

VEIGA, J. G. **Ética Empresarial e Auditoria Interna**. Faculdade de Economia e Administração. São Paulo, USP, 1990, 173p.

ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE NEGÓCIOS

Prezado(a) Contador(a)

Estamos elaborando uma monografia sobre a ética na profissão contábil e sua opinião será muito importante para que possamos discutir com maior clareza este assunto que é muito importante na nossa profissão.

I – Identificação (opcional)

.....
☐ Profissional liberal

☐ Trabalha em empresa

II – Questionário

1) Você conhece o Código de Ética dos Contabilistas?

☐ Sim

☐ Não

☐ Conheço pouco

2) Cite um grande escândalo financeiro que tenha acontecido nos últimos anos (pode ser no Brasil ou no mundo)

.....
3) Na sua opinião, por que os Contadores em algumas ocasiões deixam de seguir o Código de Ética:

☐ Falta de conhecimento do Código de Ética

☐ Por questões financeiras

☐ Para assegurar o emprego ou cliente

☐ Outros motivos
.....

4) Quais os fatores que levariam uma pessoa a não ser totalmente ético, de acordo com os parâmetros estabelecidos no Código de Ética dos Contabilistas:

☐ Alta carga tributária no país

☐ Falta de credibilidade do governo

☐ Fiscalização ineficiente

☐ Falta de conhecimento do Código de Ética dos Contabilistas.

Obrigado pela colaboração.
Edina S. da Cruz e Silva
Sandro Lima da Silva

ANEXO II

CÓDIGO DE ÉTICA DOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS

RESOLUÇÃO CFC N.º 803/96

Aprova o Código de Ética Profissional do Contabilista – CEPC

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO que o Código de Ética Profissional do Contabilista aprovado em 1970 representou o alcance de uma meta que se tornou marcante no campo do exercício profissional;

CONSIDERANDO que decorridos 26 (vinte e seis) anos de vigência do Código de Ética Profissional do Contabilista, a intensificação do relacionamento do profissional da Contabilidade com a sociedade com o próprio grupo profissional exige uma atualização dos conceitos éticos na área da atividade contábil;

CONSIDERANDO que nos últimos 5 (cinco) anos o Conselho Federal de Contabilidade vem colhendo sugestões dos diversos segmentos da comunidade contábil a fim de aprimorar os princípios do Código de Ética Profissional do Contabilista – CEPC;

CONSIDERANDO que os integrantes da Câmara de Ética do Conselho Federal de Contabilidade após um profundo estudo de todas as sugestões remetidas ao órgão federal, apresentou uma redação final,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o anexo Código de Ética Profissional do Contabilista.

Art. 2º - Fica revogada a Resolução CFC n.º 290/70.

Art. 3º - A presente Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Brasília, 10 de outubro de 1996.

Contador JOSÉ MARIA MARTINS MENDES

Presidente

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO CONTABILISTA

CAPÍTULO I

DO OBJETIVO

Art. 1º - Este Código de Ética Profissional tem por objetivo fixar a forma pela qual se devem conduzir os contabilistas, quando no exercício profissional.

CAPÍTULO II

DOS DEVERES E DAS PROIBIÇÕES

Art. 2º - São deveres do contabilista:

I – exercer a profissão com zelo, diligência e honestidade, observada a legislação vigente e resguardados os interesses de seus clientes e/ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais;

II – guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional lícito, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando por autoridades competentes, entre estas os Conselhos Regionais de Contabilidade.

III – zelar pela sua competência exclusiva na orientação técnica dos serviços a seu cargo;

IV – comunicar, desde logo, ao cliente ou empregador, em documento reservado, eventual circunstância adversa que possa influir na decisão

daquele que lhe formular consulta ou lhe confiar trabalho, estendendo-se a obrigação a sócios e executores;

V – inteirar-se de todas as circunstâncias, antes de emitir opinião sobre qualquer caso;

VI - renunciar às funções que exerce, logo que se positive falta de confiança por parte do cliente ou empregador, a quem deverá notificar com trinta dias de antecedência, zelando, contudo, para que os interesses dos mesmos não sejam prejudicados, evitando declarações públicas sobre os motivos da renúncia;

VII – se substituído em suas funções, informar ao substituto sobre fatos que devam chegar ao conhecimento desse, a fim de habilitá-lo para o bom desempenho das funções a serem exercidas;

VIII – manifestar, a qualquer tempo, a existência de impedimento para o exercício da profissão;

IX – ser solidário com os movimentos de defesa da dignidade profissional, seja propugnado por remuneração condigna, seja zelando por condições de trabalho compatíveis com o exercício ético-profissional da Contabilidade e seu aprimoramento técnico.

Art. 3º - No desempenho de suas funções, é vedado ao contabilista:

I – anunciar, em qualquer modalidade ou veículo de comunicação, conteúdo que resulte na diminuição do colega, da Organização Contábil ou da classe, sendo sempre admitida a indicação de títulos, especializações, serviços oferecidos, trabalhos realizados e relação de clientes;

II – assumir, direta ou indiretamente, serviços de qualquer natureza, com prejuízo moral ou desprestígio para a classe;

III – auferir qualquer provento em função do exercício profissional que não decorra exclusivamente de sua prática lícita;

IV – assinar documentos ou peças contábeis elaborados por outrem, alheio à sua orientação, supervisão e fiscalização;

V – exercer a profissão, quando impedido, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício aos não habilitados ou impedidos;

VI – manter Organização Contábil sob forma não autorizada pela legislação pertinente;

VII – valer-se de agenciador de serviços, mediante participação desse nos honorários a receber;

VIII – concorrer para a realização de ato contrário à legislação ou destinado a fraudá-la ou praticar, no exercício da profissão, ato definido como crime ou contravenção;

IX – solicitar ou receber do cliente ou empregador qualquer vantagem que saiba para aplicação ilícita;

X – prejudicar, culposa ou dolosamente, interesse confiado a sua responsabilidade profissional;

XI – recusar-se a prestar contas de quantias que lhe forem, comprovadamente, confiadas;

XII – reter abusivamente livros, papéis ou documentos, comprovadamente confiados à sua guarda;

XIII – aconselhar o cliente ou o empregador contra disposições expressas em lei ou contra os Princípios Fundamentais e as Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade;

XIV – exercer atividade ou ligar o seu nome a empreendimentos com finalidades ilícitas;

XV – revelar negociação confidenciada pelo cliente ou empregador para acordo ou transação que, comprovadamente, tenha tido conhecimento;

XVI – emitir referência que identifique o cliente ou empregador, com quebra de sigilo profissional, em publicação em que haja menção a trabalho que tenha realizado ou orientado, salvo quando autorizado por eles;

XVII – iludir ou tentar iludir a boa fé de cliente, empregador ou de terceiros, alterando ou deturpando o exato teor de documentos, bem como fornecendo falsas informações ou elaborando peças contábeis inidôneas;

XVIII – não cumprir, no prazo estabelecido, determinação dos Conselhos Regionais de Contabilidade, depois de regularmente notificado;

XIX – intitular-se com categoria profissional que não possua, na profissão contábil;

XX – elaborar demonstrações contábeis sem observância dos Princípios Fundamentais e das Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade;

XXI – renunciar à liberdade profissional, devendo evitar quaisquer restrições ou imposições que possam prejudicar a eficácia e correção de seu trabalho;

XXII – publicar ou distribuir, em seu nome, trabalho científico ou técnico do qual não tenha participado.

Art. 4º - O Contabilista poderá publicar relatório, parecer ou trabalho técnico-profissional, assinado e sob sua responsabilidade.

Art. 5º - O Contador, quando perito, assistente técnico, auditor ou árbitro, deverá;

I – recusar sua indicação quando reconheça não se achar capacitado em face da especialização requerida;

II – abster-se de interpretações tendenciosas sobre a matéria que constitui objeto de perícia, mantendo absoluta independência moral e técnica na elaboração do respectivo laudo;

III – abster-se de expender argumentos ou dar a conhecer sua convicção pessoal sobre os direitos de quaisquer das partes interessadas, ou da justiça da causa em que estiver servindo, mantendo seu laudo no âmbito técnico e limitado aos quesitos propostos;

IV – considerar com imparcialidade o pensamento exposto em laudo submetido a sua apreciação;

V – mencionar obrigatoriamente fatos que conheça e repute em condições de exercer efeito sobre peças contábeis objeto de seu trabalho, respeitado o disposto no inciso II do Art. 2º;

VI – abster-se de dar parecer ou emitir opinião sem estar suficientemente informado e munido de documentos;

VII – assinalar equívocos ou divergências que encontrar no que concerne à aplicação dos Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo CFC;

VIII – considerar-se impedido para emitir parecer ou elaborar laudos sobre peças contábeis observando as restrições contidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade;

IX – atender à Fiscalização dos Conselhos Regionais de Contabilidade e Conselho Federal de Contabilidade no sentido de colocar à disposição desses, sempre que solicitado, papéis de trabalho, relatórios e outros documentos que deram origem e orientaram a execução do seu trabalho.

CAPÍTULO III

DO VALOR DOS SERVIÇOS PROFISSIONAIS

Art. 6º - O Contabilista deve fixar previamente o valor dos serviços, de preferência por contrato escrito, considerados os elementos seguintes:

I – a relevância, o vulto, a complexidade e a dificuldade do serviço a executar;

II – o tempo que será consumido para a realização do trabalho;

III – a possibilidade de ficar impedido da realização de outros serviços;

IV – o resultado lícito favorável que para o contratante advirá com o serviço prestado;

V – a peculiaridade de tratar-se de cliente eventual, habitual ou permanente;

VI – o local em que o serviço será prestado.

Art. 7º - O Contabilista poderá transferir o contrato de serviços a seu cargo a outro Contabilista, com a anuência do cliente, preferencialmente por escrito.

Parágrafo Único – O Contabilista poderá transferir parcialmente a execução dos serviços a seu cargo a outro contabilista, mantendo sempre como sua a responsabilidade técnica.

Art. 8º - É vedado ao Contabilista oferecer ou disputar serviços profissionais mediante aviltamento de honorários ou em concorrência desleal.

CAPÍTULO IV

DOS DEVERES EM RELAÇÃO AOS COLEGAS E À CLASSE

Art. 9º – A conduta do Contabilista com relação aos colegas deve ser pautada nos princípios de consideração, respeito, apreço e solidariedade, em consonância com os postulados de harmonia da classe.

Parágrafo Único – O espírito de solidariedade, mesmo na condição de empregado, não induz nem justifica a participação ou convivência com o erro ou com os atos infringentes de normas éticas ou legais que regem o exercício da profissão.

Art. 10 – O Contabilista deve, em relação aos colegas, observar as seguintes normas de conduta:

I – abster-se de fazer referências prejudiciais ou de qualquer modo desabonadoras;

II – abster-se da aceitação de encargo profissional em substituição a colega que dele tenha desistido para preservar a dignidade ou os interesses da profissão ou da classe, desde que permaneçam as mesmas condições que ditaram o referido procedimento;

III – jamais apropriar-se de trabalhos, iniciativas ou de soluções encontradas por colegas, que deles não tenha participado, apresentando-os como próprios;

IV – evitar desentendimentos com o colega a que vier a substituir no exercício profissional.

Art. 11 – O Contabilista deve, com relação à classe, observar as seguintes normas de conduta:

I – prestar seu concurso moral, intelectual e material, salvo circunstâncias especiais que justifiquem a sua recusa;

II – zelar pelo prestígio da classe, pela dignidade profissional e pelo aperfeiçoamento de suas instituições;

III – aceitar o desempenho de cargo de dirigente nas entidades de classe, admitindo-se a justa recusa;

IV – acatar as resoluções votadas pela classe contábil, inclusive quanto a honorários profissionais;

V – zelar pelo cumprimento deste Código;

VI – não formular juízos depreciativos sobre a classe contábil;

VII – representar perante os órgãos competentes sobre irregularidades comprovadamente ocorridas na administração de entidade da classe contábil;

VIII – jamais utilizar-se de posição ocupada na direção de entidades de classe em benefício próprio ou para proveito pessoal.

CAPÍTULO V

DAS PENALIDADES

Art. 12 – A transgressão de preceito deste Código constitui infração ética, sancionada, segundo a gravidade, com a aplicação de uma das seguintes penalidades:

I – advertência reservada;

II – censura reservada;

III – censura pública.

Parágrafo Único – Na aplicação das sanções éticas são consideradas como atenuantes:

I – falta cometida em defesa de prerrogativa profissional;

II – ausência de punição ética anterior;

III – prestação de relevantes serviços à Contabilidade.

Art. 13 – O julgamento das questões relacionadas à transgressão de preceitos do Código de Ética incumbe, originariamente, aos Conselhos Regionais de Contabilidade, que funcionarão como Tribunais Regionais de Ética, facultado recurso dotado de efeito suspensivo, interposto no prazo de trinta dias para o Conselho Federal de Contabilidade em sua condição de Tribunal Superior de Ética.

Parágrafo Primeiro – O recurso voluntário somente será encaminhado ao Tribunal Superior de Ética se o Tribunal Regional de Ética respectivo mantiver ou reformar parcialmente a decisão.

Parágrafo Segundo – Quando se tratar de denúncia, o Conselho Regional de Contabilidade comunicará ao denunciante a instauração do processo até trinta dias após esgotado o prazo de defesa.

Art. 14 – O Contabilista poderá requerer desagravo público ao Conselho Regional de Contabilidade, quando atingido, pública e injustamente, no exercício de sua profissão.

RESOLUÇÃO CFC N.º 942/02

**ALTERA O CÓDIGO DE
ÉTICA PROFISSIONAL DO
CONTABILISTA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais,

CONSIDERANDO que o Código de Ética Profissional do Contabilista é o repositório de preceitos e orientação e disciplina da conduta do profissional dentro do amplo quadro do exercício da profissão.

CONSIDERANDO a necessidade de se adaptar o Código de Ética Profissional do Contabilista à realidade da necessidade atual da classe, na parte em que se refere à relação do Contabilista com o cliente.

RESOLVE:

Art. 1º - Ao *caput* dos artigos 6º e 7º do Código de Ética Profissional do Contabilista, aprovado pela Resolução CFC n.º 803/96, dê-se as seguintes redações:

Art. 6º - *O contabilista deve fixar previamente o valor dos serviços, por contrato escrito, considerados os elementos seguintes:*
(...)

Art. 7º - *O contabilista poderá transferir o contrato de serviços a seu cargo a outro Contabilista, com a anuência do cliente, sempre por escrito.*
(...)

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Brasília, 30 de agosto de 2002.

Contador **Alcedino Gomes Barbosa**
Presidente